

RELATÓRIO DE RESULTADOS ESTRATÉGICOS DA GESTÃO 2019-2022

XVIII PLENÁRIO
CONSELHO FEDERAL
DE PSICOLOGIA

Brasília, dezembro de 2022

XVIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia – 2019/2022

Conselheiros Efetivos

Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega	Presidente
Anna Carolina Lo Bianco Clementino	Vice-Presidente
Losiley Alves Pinheiro	Secretária
Norma Celiane Cosmo	Tesoureira
Robenilson Moura Barreto	Secretário Região Norte
Alessandra Santos de Almeida	Secretária Região Nordeste
Marisa Helena Alves	Secretária Região Centro-Oeste
Neuza Maria de Fátima Guareschi	Secretária Região Sul
Antonio Virgílio Bittencourt Bastos	Conselheiro 1
Izabel Augusta Hazin Pires	Secretária

Conselheiros Suplentes

Katya Luciane de Oliveira	Suplente
Rodrigo Acioli Moura	Suplente
Adinete Souza da Costa Mezzalira	Suplente Região Norte
Maria de Jesus Moura	Suplente Região Nordeste
Tahina Khan Lima Vianey	Suplente Região Centro-Oeste
Célia Zenaide da Silva	Suplente Região Sudeste
Marina de Pol Poniwas	Suplente Região Sul
Ana Paula Soares da Silva	Conselheira Suplente 1

Conselho Federal de Psicologia - CFP

SAF SUL - Setor de Administração Federal Sul, Quadra 2, Bloco B, Edifício Via Office Térreo, Sala 104 - Brasília - DF - CEP: 70070-600 (61) 2109-0100

<https://site.cfp.org.br/> - diretoria@cfp.org.br - aspar@cfp.org.br



SUMÁRIO

Apresentação.....	4
Pensamento Estratégico em tempos de Covid-19.....	6
Breve Histórico.....	7
A visão estratégica do XVIII Plenário.....	10
Metodologia.....	12
Sua Visão de futuro.....	14
Foco temático de atuação do XVIII Plenário	15
Tema Estratégico Direitos Humanos	16
Resultados do tema estratégico Direitos Humanos.....	18
Tema Estratégico Exercício da Profissão	27
Resultados do tema estratégico Exercício da Profissão	30
Tema Estratégico Valorização e Defesa da Profissão	38
Resultados do tema estratégico Defesa e Valorização.....	44
Tema Estratégico Gestão da Autarquia.....	58
Resultados do tema estratégico Gestão da Autarquia	60
Que afirmações podemos fazer?	63

Apresentação

No momento em que este relatório é elaborado, o Brasil contabiliza a tragédia de 687 mil mortes pela pandemia de Covid-19. O olhar em retrospectiva nos permite constatar que, mesmo diante das incertezas e desafios instalados pela crise sanitária da pandemia – que culminou com o início da gestão do XVIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia – a Autarquia atuou no cumprimento da missão definida por seu Planejamento Estratégico¹: *“promover processos que assegurem o compromisso ético e a qualidade técnico-científica do exercício profissional, de modo a ampliar o impacto e a relevância da Psicologia no enfrentamento das desigualdades estruturais para a construção de uma sociedade justa, inclusiva e democrática, alicerçada na garantia dos Direitos Humanos, no exercício da cidadania e no bem viver”*.

O presente documento tem por objetivo posicionar a categoria e a sociedade quanto ao fazer ético-político do XVIII Plenário do CFP, orientado pelas diretrizes do 10º Congresso Nacional da Psicologia e pelo manejo das contingências impostas pela Covid-19 a toda a humanidade, e, em particular à Psicologia brasileira.

Este documento não buscar evidenciar todas as ações específicas da Autarquia, mais detalhadamente apresentadas nos Relatórios Anuais de Atividades disponíveis no site do CFP. Sua proposta é dar transparência às ações e entregas do XVIII Plenário à luz de seu pensamento estratégico e das circunstâncias históricas de seu tempo.

No terreno social e político, o Conselho Federal de Psicologia contribuiu para evidenciar a importância e a necessidade de políticas públicas estruturantes no campo da saúde e da assistência, com foco na proteção de direitos, especialmente das pessoas e populações historicamente vulnerabilizadas.

O CPF entregou à categoria e à sociedade um conjunto de Referências Técnicas e produtos de conhecimento sobre a formação e o exercício profissional da Psicologia; promoveu a qualificação dos serviços prestados por psicólogas e psicólogos em diversos campos, ampliando os impactos sociais de sua atuação; defendeu políticas públicas como campo de exercício profissional, com vistas a contribuir para o acesso e a garantia de direitos; realizou inúmeras atividades com foco no diálogo, envolvendo temáticas essenciais do fazer da Psicologia e que, diuturnamente, impactam as populações nas cinco regiões do nosso imenso e desigual Brasil.

1 O mapa estratégico tem origem na metodologia *Balanced Scorecard* de Kaplan & Norton.

O CFP atuou em redes de interação nacionais e internacionais voltadas ao aprimoramento das práticas profissionais, e orientou a categoria para o exercício de uma Psicologia laica, ética e científica, respeitando a pluralidade de práticas profissionais e a diversidade dos sujeitos.

Ao longo da gestão 2019-2022, e diante de uma crise humanitária sem precedentes, a atuação do CFP foi pautada para um exercício profissional que rompa com a lógica de patologização e medicalização da vida, promovendo a cultura e a defesa dos direitos humanos entre profissionais e a sociedade brasileira.

Os resultados elencados neste relatório são fruto da dedicada atuação das conselheiras e conselheiros que integram o XVIII Plenário do CFP, assim como das trabalhadoras e trabalhadores da Autarquia. Da mesma maneira, a participação coordenada dos Conselhos Regionais de Psicologia, das trabalhadoras e trabalhadores de cada região, das entidades nacionais da Psicologia brasileira e dos parceiros em diferentes espaços, foi condição para que esta gestão se encerre com o sentimento de realização.

Cada estratégia, cada ação, cada conquista aqui apresentadas foi construída por enorme energia. Em cada resultado há um longo caminho percorrido em processos administrativos, financeiros, políticos, em conversas sobre expectativas, inquietudes, frustrações.

A gestão do XVIII Plenário não foi nem de perto o que se imaginava – pois não se imaginava a pandemia, não se imaginava a violência das agendas de retrocesso, as mortes pela Covid-19 e pela violência política, o sofrimento que transpassou cada um de nós, todos sujeitos deste tempo histórico. Tampouco imaginávamos a grandeza da solidariedade, da dedicação e do desprendimento. Não imaginávamos a demanda pessoal e coletiva nas tarefas de realização e de aprendizado.

Concluimos que esta gestão, e todas(os) que nela estiveram envolvidas(os), experimentaram um tempo de superação que deixará o XVIII Plenário do CFP na história da Psicologia brasileira como aquele que, diante da maior crise humanitária deste início de século, não abandonou o projeto ético-político da profissão. Cumpriu sua missão de regulamentar, orientar e fiscalizar o exercício de psicólogas e psicólogos, bem como de promover a Psicologia como ciência e profissão efetivamente comprometida com o cuidado integral e a promoção de direitos humanos.

Boa leitura.



Pensamento Estratégico em tempos de Covid-19

A Era do Conhecimento se desenvolve dentro de diferentes sistemas sociais, econômicos, políticos e culturais, e resulta em transformações profundas e que promovem disrupturas em diferentes áreas da vida.

Nos últimos 30 anos, a implementação de novas tecnologias impacta em nossa forma de comunicar, de trabalhar, de consumir, de viajar, de cuidar da saúde, de estudar, de constituir redes de relacionamento, entre tantos outros aspectos, provocando alterações nas relações sociais de trabalho (uberização), nas relações de consumo (on-line), na produção e reprodução da vida, bem como no instantâneo fluxo de capital entre os continentes, nos padrões de concentração e na distribuição de riqueza.

Não obstante o impacto de disrupturas em curso, a pandemia de Covid-19 provocada pelo contágio do coronavírus (Sars-Cov-2) e suas variantes se tornou um fenômeno histórico sem precedentes e que nos obriga, como humanidade, a repensarmos rapidamente a forma como vivemos.

Nos últimos três anos, a humanidade construiu soluções emergenciais e urgentes, em escala planetária, a problemas que não existiam e acelerou soluções e alternativas a problemas já existentes, como o desenvolvimento de vacinas. O historiador israelense radicado nos Estados Unidos Yuval N. Harari, em seu recente livro “Notas sobre a Pandemia²” afirmou que hoje temos meios melhores e mais eficientes para combater um vírus do que em qualquer outro momento da história e conclui: “tenho menos medo do vírus do que dos demônios interiores da humanidade: ódio, ganância e ignorância. Se as pessoas colocarem a culpa da epidemia nos estrangeiros e nas minorias; se as corporações gananciosas se importarem apenas com seus lucros; e se acreditarmos

2 Harari, Noah Yuval. Notas sobre a Pandemia. Cia das Letras, SP. 2020

em toda sorte de teorias da conspiração, será muito mais difícil superarmos a epidemia, e mais tarde viveremos em um mundo envenenado por esse ódio, essa ganância e ignorância”.

Com a Covid-19, vivemos como humanidade nosso maior desafio global desde a segunda grande guerra mundial (1939-1945). Durante a pandemia, decisões dos governos, autarquias, empresas públicas, parlamentos, organizações da sociedade civil, multinacionais, transnacionais e capitais especulativos estão moldando a economia, a política, as relações sociais e culturais que a sociedade viverá nas próximas décadas, desde o espaço de poder econômico e social, aos espaços de micro poder.

Diante disso, nos indagamos: que valores sociais se tornam prementes de serem praticados e promovidos? Que novas competências devemos adquirir para lidar com este novo tempo que se configura? Que missão nos cabe cumprir no presente para desenhar o futuro de nossas inquietudes? Que limites e oportunidades nossas experiências nos oferecem para agirmos? Que habilidades novas necessitamos praticar para construir o mundo que almejamos antes da pandemia?

Imersos nessas indagações, o XVIII Plenário do CFP teve que reaprender formas de coordenar ações, encontrar soluções, adaptar expectativas e implementar o inédito viável, readequando o uso de ferramentas antigas, inventando novas e promovendo pontos de adaptação.

Breve Histórico

Poucos dias após a cerimônia de posse do XVIII Plenário do CFP, em dezembro de 2019, as autoridades chinesas emitiram o primeiro alerta à Organização Mundial da Saúde (OMS) acerca de uma série de casos de pneumonia de origem desconhecida na cidade de Wuhan, China.

Em 27 de janeiro de 2020, a OMS emitiu uma avaliação de risco global sobre a contaminação do vírus ainda desconhecido, aumentando a avaliação de risco de “moderado” para “alto”, visto que o novo coronavírus já havia migrado da Ásia para a Europa. Alguns países da União Europeia relataram centenas de mortos, com epicentro na Itália. Em 3 de fevereiro de 2020 o Ministério da Saúde do Brasil emite a Portaria Nº 188/2020 declarando “Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN)” em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV).

A gestão do CFP realizou seu seminário de planejamento estratégico entre os dias 14, 15 e 16 de fevereiro de 2020. Em 11 de março daquele ano, a OMS emitiu declaração considerando o contágio do novo coronavírus como pandêmico.



No mesmo mês, em 20 de março, foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto Legislativo 06/2020, declarando situação de calamidade pública em todo território nacional e definindo as políticas emergenciais de isolamento e restrição de circulação, o que permitiu que a União, estados e municípios pudessem decretar quais atividades essenciais manteriam em funcionamento e quais deveriam aguardar o menor potencial de risco à saúde pública.

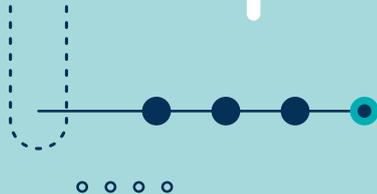
Neste contexto, a primeira fase da gestão do XVIII Plenário situou-se em coordenar ações do Sistema Conselhos para organizar seu funcionamento, dar suporte aos trabalhadores e trabalhadoras, orientar a categoria e a sociedade acerca da gravidade do contágio do novo coronavírus, os cuidados preventivos necessários, além do acompanhamento dos profissionais de saúde na linha de frente – promovendo segurança institucional para que os profissionais de Psicologia continuassem trabalhando no atendimento clínico de seus pacientes. Tudo isso ao mesmo tempo.

A crise humanitária provocada pela Covid-19 em sua primeira fase exigiu que a adoção de iniciativas emergenciais, urgentes e prioritárias fossem realizadas concomitantemente em diferentes áreas de atuação, considerando o funcionamento do Sistema Conselhos, o fazer da Psicologia e as necessidades dos profissionais e da sociedade.

Assim, toda a gestão do Conselho Federal de Psicologia foi realizada sob a crise humanitária da pandemia, que ainda hoje se mantém pela circulação do vírus em todo o mundo, mesmo que controlados os riscos de mortes e sequelas pela vacinação disponível pelo Sistema Único de Saúde (SUS), maior sistema público de saúde do mundo.

Vale destacar que 2021, segundo ano da gestão do XVIII Plenário, foi o mais letal da pandemia. Ao mesmo tempo revelou o esforço mundial para a vacinação em massa contra a Covid-19. De forma extraordinária, as primeiras vacinas começaram a ser comercializadas e produzidas em larga escala a partir de novembro de 2020.

No entanto, a ausência de coordenação efetiva do Governo Federal fez com que o Brasil tivesse a segunda maior taxa de mortalidade do mundo, abaixo somente dos Estados Unidos da América. Especialmente no ano de 2021, estimulados pelo Governo Federal, governadores e prefeitos liberaram a livre circulação de ônibus, abertura de escolas, gozo das férias em praias no verão, realização de festas privadas de Carnaval, entre outros eventos – num momento de circulação de novas variantes do vírus. O resultado foi o colapso no sistema de saúde em diferentes estados, falta de oxigênio em Manaus, escassez de materiais hospitalares básicos – como algodão, máscaras cirúrgicas e seringas – e milhares de mortes.



A imprudência, imperícia e descaso resultaram em mais de 400 mil óbitos por Covid-19 somente em 2021. Somadas às quase 200 mil mortes do ano anterior, 2021 encerrou-se com mais de 612 mil mortes de brasileiros infectados pelo coronavírus. No atual momento da pandemia (2022), o Brasil ultrapassou os 687 mil óbitos. Importante destacar que diferentes agências de verificação consideram estes dados subnotificados.

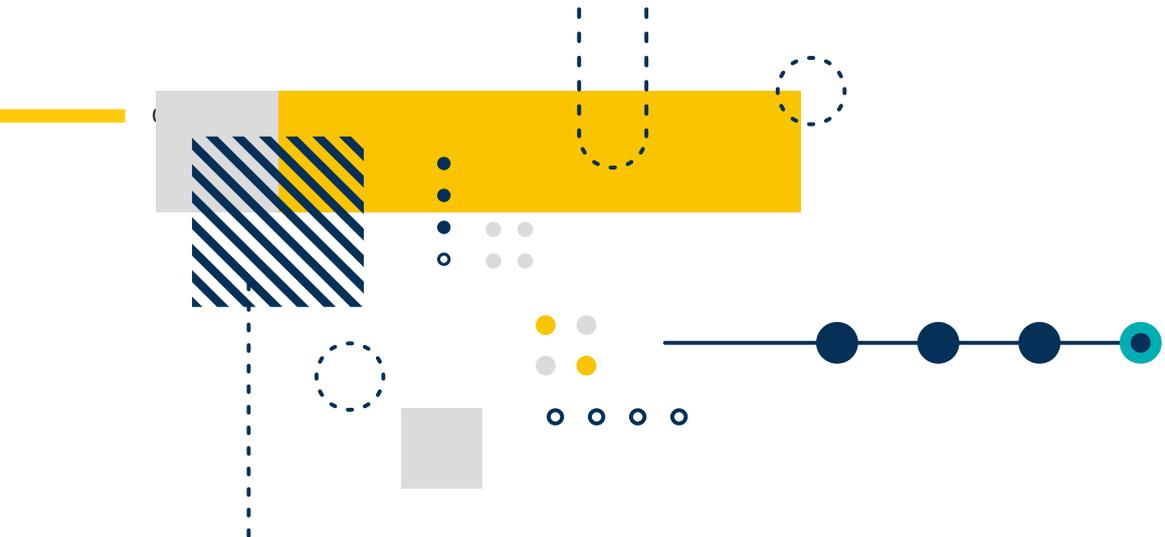
O Brasil antes da pandemia de Covid-19

Entre 2013 e 2020 acompanhamos o surgimento no cenário nacional de espectro ideológico que pautou a sociedade em narrativas de rupturas no campo dos direitos sociais e dos direitos humanos. Essas narrativas expressavam a deslegitimação social de populações vulnerabilizadas, com narrativas que reforçam preconceito, racismo, sexismo, xenofobia, entre outras violências.

O Conselho Federal de Psicologia e o Sistema Conselhos de Psicologia colocaram a profissão a serviço do enfrentamento desta agenda, a partir de seu lugar como ciência e exercício profissional. Como Autarquia de Estado, o CFP evidenciou a necessária promoção e respeito aos direitos humanos expressos na Constituição Federal de 1988 e denunciou as condições de desumanização dos sujeitos pessoais e coletivos promovida, inclusive, por narrativas de políticos que ocupam cargos públicos no Legislativo e no Executivo, em âmbitos federal, estadual e municipal.

O XVIII Plenário do CFP assumiu este contexto social como pano de fundo, e se deparou, logo de início, com um desafio ainda maior: fazer o enfrentamento destas agendas ao mesmo tempo em que fazia a gestão das contingências da maior crise humanitária, em escala global, desde o início do século XX.

Desse modo, o presente relatório busca evidenciar os marcos da gestão do XVIII Plenário do CFP e os principais resultados apresentados à categoria e à sociedade.



A visão estratégica do XVIII Plenário

O XVIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia foi eleito pela categoria na perspectiva de ampliar a presença e participação de diferentes áreas da Psicologia brasileira em sua defesa como ciência e profissão. Não por acaso, o grupo se autodenominou em 2019 como Frente em Defesa da Psicologia Brasileira e reuniu diferentes perspectivas de cultura organizacional, posicionamento, áreas de atuação, segmentos e olhares sobre as contribuições da Psicologia no seu tempo. Estas perspectivas, apesar de lugares de fala distintos, compartilham de valores sociais comuns, fundamentados na Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana.

Em estreita relação com as deliberações do 10º Congresso Nacional da Psicologia (CNP), promovido em 2019, essas diretrizes orientaram o Planejamento do XVIII Plenário do CFP.

A metodologia utilizada tem no Mapa Estratégico o desenho síntese da visão do grupo. Este desenho foi realizado pelas conselheiras e conselheiros com a participação de convidados e trabalhadoras do CFP e tem como estrutura e contornos a descrição da missão do CFP, a visão de futuro do XVIII Plenário, os temas estratégicos que estruturam o fazer da Autarquia e os objetivos estratégicos vinculados a cada tema.

O presente relatório, portanto, está estruturado por este desenho de mapa estratégico e busca evidenciar a visão a qual o Plenário se propôs realizar e como se deu esta realização..

MAPA ESTRATÉGICO DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA 2019-2022

MISSÃO

Promover processos que assegurem o compromisso ético e a qualidade técnica-científica do exercício profissional de modo a ampliar o impacto e a relevância da Psicologia no enfrentamento das desigualdades estruturais para a construção de uma sociedade justa, inclusiva e democrática, alicerçada na garantia dos Direitos Humanos, no exercício da cidadania e no bem viver.

VISÃO DE FUTURO

Ser uma instituição valorizada pela categoria por seu respeito à diversidade e pluralidade da psicologia, por seu compromisso com a garantia da qualidade ética, técnica e científica, desde os processos formativos, e reconhecida pela sociedade na defesa e promoção dos Direitos Humanos, dos valores democráticos, numa perspectiva socialmente justa e ambientalmente sustentável.

TEMAS ESTRATÉGICOS

DIREITOS HUMANOS

EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

VALORIZAÇÃO E DEFESA DA PSI

GESTÃO DA AUTARQUIA

Evidenciar, por meio das ações de regulamentação, orientação e fiscalização, a indissociabilidade entre Direitos Humanos e Psicologia no âmbito do exercício profissional

Promover, por meio de orientação, a qualificação dos serviços prestados em psicologia nos seus diversos campos, ampliando seus impactos sociais

Utilizar os mecanismos de regulamentação, orientação e fiscalização para valorizar e defender o exercício profissional da psicologia em todos os âmbitos de atuação

Otimizar a gestão dos processos administrativos, técnicos e financeiros do Conselho Federal de Psicologia, buscando o seu alinhamento com os CRPs, de maneira a ampliar a participação democrática e a transparência

Orientar a categoria para o exercício de uma psicologia laica, ética e científica respeitando a pluralidade de práticas profissionais e a diversidade dos sujeitos

Qualificar as ações de orientação e fiscalização, aproximando a categoria do Sistema Conselhos;

Defender a presença da psicologia nas instâncias representativas de controle e participação social, reconquistando e rearticulando representações em que a psicologia tem um lugar relevante

Fomentar uma política de excelência das práticas de atendimento à categoria e à sociedade

Contribuir para romper com a cultura de violência em relação as diferenças afirmando os Direitos Humanos no Sistema Conselhos

Fomentar a produção de conhecimento sobre a formação e exercício profissional

Ampliar a visibilidade das práticas profissionais da psicologia, consolidadas e emergentes, nos seus diversos âmbitos de atuação, dentro e fora do Brasil

Avançar na política de valorização e formação continuada de trabalhadoras (es) e das equipes técnicas do Conselho Federal de Psicologia e CRPs para a atuação profissional no Sistema Conselhos

Promover o exercício profissional que rompa com a lógica de patologização e de medicalização da vida

Defender as Políticas Públicas como campo de exercício profissional da Psicologia para o acesso e garantia de direitos

Ampliar o diálogo com os poderes legislativo, executivo e judiciário no que concerne às competências técnicas e éticas das intervenções das/os psicólogas/os

Ampliar a participação da categoria no processo de diálogo e decisão do Sistema Conselhos

Promover a cultura de defesa dos Direitos Humanos junto a sociedade e a categoria

Defender perante a sociedade, instituições de Estado e outras profissões o caráter privativo das práticas exclusivas da psicologia, nos termos da legislação

Nos 60 anos da psicologia brasileira, evidenciar seu papel e contribuição à sociedade apontando tendências e desafios nos diferentes campos e áreas de atuação

Ampliar a participação da categoria no processo de diálogo e decisão do Sistema Conselhos

VALORES

- DIREITOS HUMANOS
- RESPEITO ÀS DIFERENÇAS
- DIVERSIDADE
- ANTIRRACISMO
- ANTIMACHISMO
- ANTILGBTIFOBIA
- DEMOCRACIA
- JUSTIÇA SOCIAL
- ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES
- ÉTICA
- COMPROMISSO SOCIAL
- CIENTIFICIDADE
- LAICIDADE
- TRANSPARÊNCIA
- DIÁLOGO
- PLURALIDADE
- INCLUSÃO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA GESTÃO 2019-2022

Metodologia

A proposta metodológica adotada no processo de gestão estratégica do CFP lançou mão de instrumentos testados e validados em diferentes instituições públicas e privadas, em nível internacional. Três metodologias foram combinadas em diferentes contextos e momentos na gestão estratégica. São elas: Planejamento Estratégico Situacional (PES), de Carlos Matus; Balanced Scorecard (BSB), de Kaplan & Norton; e Ontologia da Linguagem, de Rafael Echeverria.

Cada uma dessas metodologias consolida métodos e técnicas de gestão do conhecimento, informações, coordenação de ações, análise e aprendizados, e foram manejadas em um ou mais de um momento nestes três anos de gestão estratégica da Autarquia, considerando o contexto da pandemia de Covid-19.

Para o desenho da visão estratégica, aquela que sintetiza as inquietudes, leituras e perspectivas de futuro, foi utilizado o método de desenho do Mapa Estratégico (BSC).

Para a análise de criticidade de situações a serem enfrentadas foi utilizada a perspectiva metodológica interpretação de “nós críticos” e as variáveis dentro e fora do controle de quem planeja; já para o processo de escuta dos sujeitos internos e externos à organização, foi utilizada a perspectiva desenvolvida pela disciplina da Ontologia da Linguagem.

Como se poderá observar, o Mapa Estratégico da Gestão 2019-2002 do Conselho Federal de Psicologia – definido ainda sem os impactos da pandemia de Covid-19 – teve sua missão, visão de futuro e objetivos estratégicos mantidos durante a crise sanitária, pois se considerou que eles davam conta de coordenar as ações necessárias e suficientes para enfrentar este contexto.

A cultura de valorização e defesa da profissão, combinada com objetivos de gestão e de resultado do projeto ético-político de defesa dos direitos humanos, põe a Psicologia como uma profissão consolidada em seu tempo, mesmo em condições adversas e extremas. Evidentemente, as circunstâncias da pandemia alteraram as expectativas de resultados desenhados para cada um dos objetivos – ampliando responsabilidades, inovando em ações e resultados em curto prazo e fazendo a gestão de forma inédita e viável.

Todo este processo se deu com participação de sujeitos pessoais em coletivos, com responsabilidade diretiva e processual, e cuidando do estado de ânimo dos momentos de encontro, dos territórios de responsabilidades e dos espaços de trabalho.



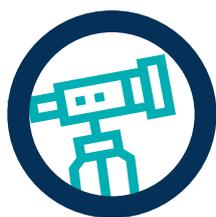
Missão do Conselho Federal de Psicologia

“Promover processos que assegurem o compromisso ético e a qualidade técnica-científica do exercício profissional de modo a ampliar o impacto e a relevância da Psicologia no enfrentamento das desigualdades estruturais para a construção de uma sociedade justa, inclusiva e democrática, alicerçada na garantia dos Direitos Humanos, no exercício da cidadania e no bem viver.”

Momentos de crise colocam à prova os fundamentos da cultura e os valores sociais de um grupo, uma instituição, um movimento. Isso ocorreu com o XVIII Plenário do CFP diante da pandemia de Covid-19. Quando descreveu sua missão, como Autarquia, o XVIII Plenário não imaginava o tamanho das expectativas que estavam em jogo, especialmente quanto à importância de “ampliar o impacto e a relevância da Psicologia no enfrentamento das desigualdades estruturais, para a construção de uma sociedade justa, inclusiva e democrática, alicerçada na garantia dos direitos humanos, no exercício da cidadania e no bem viver.” Esse desenho de missão, em situações de temperatura e pressão, digamos, previsíveis, já seria de uma perspectiva extraordinária. Diante da pandemia, transformou-se no extraordinário exponencial.

Ao descrever sua missão, observando o tempo histórico do Brasil e a própria Psicologia como ciência e profissão, o XVIII Plenário se colocava a serviço da sociedade brasileira e dos profissionais de Psicologia na perspectiva do enfrentamento das profundas desigualdade estruturais presentes em nosso país, no enfrentamento da agenda conservadora e moralista, bem como na construção de perspectiva social alicerçada na justiça, na inclusão, na equidade, na democracia, na promoção e garantia dos direitos humanos e do exercício da cidadania, promovendo processos de “compromisso ético e qualidade técnica-científica do exercício profissional de modo a ampliar o impacto e a relevância da Psicologia brasileira na sociedade”.

Neste relatório apresentaremos os fundamentos que evidenciam o cumprimento da missão assumida pelo XVIII Plenário do CFP. Da mesma forma, como se poderá verificar, os resultados do XVIII Plenário são também fruto dos legados anteriores, que deixam sementes para a gestão que chega, pois a missão deste tempo é histórica e não conjuntural.



Sua Visão de futuro

“Ser uma instituição valorizada pela categoria por seu respeito à diversidade e pluralidade da psicologia, por seu compromisso com a garantia da qualidade ética, técnica e científica, desde os processos formativos, e reconhecida pela sociedade na defesa e promoção dos Direitos Humanos, dos valores democráticos, numa perspectiva socialmente justa e ambientalmente sustentável.”

A aderência das entidades da Psicologia brasileira, das instituições de Estado, das instituições de ensino e de amplos setores da categoria nas iniciativas realizadas pelo XVIII Plenário do CFP evidenciam a valorização, o respeito e o reconhecimento do trabalho realizado em diferentes frentes. Desde a rápida resposta em garantir o atendimento em Psicologia aos indivíduos, bem como na produção técnica e científica, na articulação de instituições e movimentos para a defesa de pautas de interesse da categoria e da sociedade, no cuidado e zelo com as trabalhadoras(es) do CFP e do Sistema Conselhos – garantindo seu funcionamento como Sistema –, na produção de resoluções, normativas e orientações para o exercício profissional diante de um tempo de enormes incertezas.

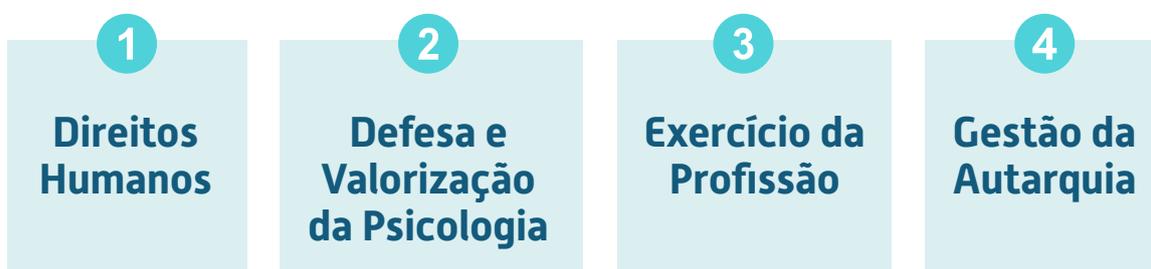
Neste documento evidenciamos que o XVIII Plenário do CFP foi e é reconhecido por sua capacidade de articulação e posicionamento firme enquanto Psicologia brasileira, diante dos enfrentamentos que envolveram essa ciência e profissão em pautas relacionadas à defesa e à promoção de direitos humanos, sociais, econômicos e ambientais. O posicionamento do CFP como Autarquia de Estado na defesa e promoção de direitos é uma prerrogativa legítima, legal e fundamentada nos dispositivos constitucionais, nos tratados internacionais dos quais Brasil é signatário, na legislação e normas vigentes, além das próprias resoluções da Autarquia.

Sempre que foi convidado, convocado ou chamado a se manifestar como Autarquia de Estado que regulamenta, orienta e fiscaliza o exercício profissional em Psicologia, o XVIII Plenário do CFP se posicionou em notas, manifestos e documentos; emprestou sua autoridade institucional ingressando na Justiça como autor ou como *amicus curiae* em ações nas quais a Psicologia tem lugar como ciência e profissão; na defesa de populações, políticas públicas e, também, da própria democracia e das instituições democráticas.

Não foram poucas as vezes em que o CFP se posicionou contra os ataques de segmentos conservadores da sociedade ao insinuarem a “intenção” ou “desejo” de promover em nosso país rupturas democráticas – evidenciando a missão de ser “reconhecido pela defesa e promoção dos Direitos Humanos, dos valores democráticos, numa perspectiva socialmente justa e ambientalmente sustentável”.

FOCO TEMÁTICO DE ATUAÇÃO DO XVIII PLENÁRIO

Ao desenhar sua missão e visão de futuro, o XVIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia promoveu o foco de sua atuação em quatro temas estratégicos:



Os focos temáticos já tinham importância pelo contexto político e social brasileiro anterior à pandemia de Covid-19, no entanto, cada um ganhou importância exponencial durante a tragédia humanitária.

O que apresentaremos a seguir são evidências da atuação do CFP nos temas estratégicos com incidência na missão e na visão de futuro, apontando os marcos de atuação do XVIII Plenário do CFP em cada um deles.

Das iniciativas monitoradas entre 19 de dezembro de 2019 e 15 de novembro de 2022, o tema estratégico Exercício da Profissão predomina, correspondendo a 38% de todas as atividades da Autarquia na atual gestão.

Em segundo lugar, o tema estratégico Defesa e Valorização da Psicologia corresponde a 27% de todas as atividades registradas. Este volume diz respeito às agendas dos 25 anos da Comissão de Direitos Humanos, 15 anos de Crepop e 60 anos da regulamentação da profissão.

Estes dois indicadores são seguidos pelas atividades do tema estratégico Direitos Humanos, que corresponde a 22% do total de registros de atividades monitoradas, sendo esta última transversal – ou seja: há atividades no exercício profissional, tais como resoluções e referências técnicas, que, mesmo integrando este tema estratégico, tratam de sujeitos e políticas vinculadas à promoção e defesa dos direitos da pessoa humana.

E, por fim, Gestão da Autarquia, que corresponde a 13% do total de atividades registradas, e se fundamenta nos aprendizados, formas e novos procedimentos para o funcionamento do CFP e do Sistema Conselhos durante a pandemia.

TEMAS ESTRATÉGICOS

66 marcadores	Iniciativas/ações	%
EXERCÍCIO DA PROFISSÃO	468	38%
VALORIZAÇÃO DA PSICOLOGIA	330	27%
DIREITOS HUMANOS	273	22%
GESTÃO	165	13%
Total	1.236	



TEMA ESTRATÉGICO

DIREITOS HUMANOS

O projeto ético-político da Psicologia ilumina sua visão estratégica na promoção e defesa dos direitos humanos a partir do seu lugar como ciência e exercício profissional.

O Brasil é um país marcado por profunda desigualdade social, econômica e pela violência e discriminação estruturadas em nossa cultura. A Psicologia brasileira, nos seus 60 anos de regulamentação, tem evidenciado os fatores sociais e culturais que resultam em sofrimento físico e psíquico em populações e sujeitos imersos em nosso contexto sócio-histórico. Estruturas com profundas raízes no racismo, machismo, sexismo, misoginia, transfobia, LGBTfobia, entre outras discriminações presentes no tecido social.

Essas chagas têm outras faces, como a desigualdade econômica e social que empobrece milhões de famílias. São tantos os direitos fundamentais não garantidos no Brasil, que é impossível listá-los em um único relato.

Se o racismo, o sexismo, a misoginia e a LGBTfobia, entre outras violências, são estruturantes em nossa sociedade, no recente período histórico de nosso país estes preconceitos – discriminatórios e criminosos – ganharam voz e ocupam espaços de poder em todos os níveis da República. Este fato social posiciona o tema da defesa e promoção dos direitos humanos como um foco central no fazer ético-político do CFP.

No contexto da pandemia evidenciamos o aumento dos indicadores de violência doméstica contra mulheres, crianças e idosos. A população em situação de vulnerabilidade econômica aumentou e o país retornou ao mapa da fome. De acordo com o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (Vigisan), 58% dos brasileiros estão dentro de pelo menos um dos critérios de insegurança alimentar. Se considerarmos as diferenças regionais, no Norte e Nordeste este indicador chega a quase 70% da população.

Os acessos a serviços públicos foram fortemente impactados, especialmente os vinculados à assistência social, à educação e à saúde, incluindo a saúde mental. De acordo com o Datasus, o total de óbitos por lesões autoprovocadas aumentou de 7 mil para 14 mil nos últimos 20 anos. Sem que as necessidades básicas sejam atendidas, a saúde mental fica em um plano inacessível. Estas questões, entre tantas, tiveram relevo durante o período da pandemia de Covid-19 e foram tratadas pelo XVIII Plenário do CFP enquanto ciência e profissão.

Este plenário, em conjunto com o Sistema Conselhos de Psicologia, orientou e doutrinou a prática da Psicologia como ciência e profissão tendo como foco a promoção da dignidade humana. Fundamentado em seu Código de Ética, denunciou a ausência de garantia de direitos previstos na Constituição Federal. Não foram poucas as manifestações promovidas ou partilhadas pela Autarquia.

No marco dos 25 anos de atuação de sua Comissão de Direitos Humanos (CDH/CFP) foi evidenciada a importância, pertinência e legado da Psicologia brasileira na promoção e defesa dos direitos inalienáveis da pessoa humana, como um farol que ilumina o fazer da Psicologia nas diferentes áreas de atuação e no seu projeto ético-político. Não há, no fazer da ciência, uma neutralidade da técnica. Todo o fazer técnico tem um pressuposto no campo da ética, e, portanto, no campo da política.

O CFP cumpriu ao longo desta gestão com seu objetivo de se posicionar publicamente em defesa da promoção e garantia dos direitos humanos, contando com o reconhecimento de instituições e organizações sociais. Esse posicionamento está registrado em diferentes momentos, em declarações, notas e campanhas de comunicação que promovem a visibilidade de políticas públicas, populações e pautas nas quais o CFP engajou a categoria e a sociedade em seus meios de comunicação.

Nestes três anos de atuação, o XVIII Plenário debateu e orientou o exercício profissional a partir de uma Psicologia plural, ética e científica, e seu compromisso com os princípios éticos da profissão fundamentados nos direitos humanos. As atuações do Plenário são reconhecidas como relevantes nos temas da saúde mental, despatologização e medicalização da vida. Na mesma perspectiva, o CFP atuou para contribuir com a sociedade no sentido de enfrentar a cultura de violência presente nas estruturas discriminatórias, promovendo a atuação profissional antirracista no Sistema Conselhos de Psicologia.

É certo dizer que as realizações do XVIII Plenário de CFP – tanto no tema estratégico Direitos Humanos, quanto nos demais temas – são herdeiras de uma tradição e de um projeto ético-político da profissão construído e fundamentado nos Congressos Nacionais da Psicologia Brasileira, e, portanto, o conjunto de ações realizadas pela gestão que se encerra é, de certa forma, a continuidade de práticas de valores herdados.

Resultados do tema estratégico

DIREITOS HUMANOS

À luz da visão estratégica da Autarquia e das contingências da pandemia de Covid-19

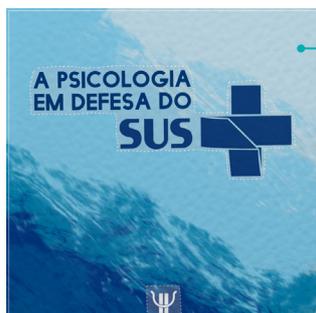
No mapa estratégico do CFP estabelecido em fevereiro de 2020 para o tema estratégico Direitos Humanos foram definidos cinco objetivos. A seguir, estão registrados cada um desses objetivos e o alcance de seus resultados fundamentados em ações.

OBJETIVO 1: promover a cultura de defesa dos direitos humanos junto a sociedade e a categoria

RESULTADO 1:

O XVIII Plenário do CFP assumiu posicionamentos públicos em defesa da promoção e garantia de direitos, com o reconhecimento de instituições e organizações sociais que demandam da Autarquia posicionamentos públicos.

ATIVIDADES QUE FUNDAMENTAM A DESCRIÇÃO DO RESULTADO 1:



- ▶ CFP lança nota em defesa do SUS
- ▶ Sistema contra os Retrocessos da Política Nacional de Saúde Mental
- ▶ CFP assina e participa do lançamento do Manifesto Leito Para Todos
- ▶ CFP assina nota sobre educação a distância na área da Saúde



- ▶ CFP assina nota de repúdio contra declarações do Executivo de que os investimentos no cuidado de pessoas com HIV/AIDS são uma despesa para a sociedade.
- ▶ CFP assina manifesto em defesa da saúde mental da população negra



- ▶ CFP se manifesta sobre a Resolução CONAD nº 3/2020 como um retrocesso aos avanços da Luta Antimanicomial e viola direitos assegurados pelo ECA
- ▶ CFP junto das entidades da Psicologia brasileira destacam que julgamento do caso de Mariana Ferrer foi marcado por machismo e misoginia
- ▶ CFP destaca prejuízos ao desenvolvimento psicológico infantil em publicidades dirigidas as crianças



- ▶ Live do CFP Por uma psicologia anticapacitista
- ▶ Sistema Conselhos de Psicologia se solidariza com as pessoas atingidas pelas chuvas na Bahia e destaca papel da categoria diante do contexto emergencial
- ▶ Desastre em Petrópolis (RJ): Solidariedade às vítimas



- ▶ Nada sobre nós, sem nós: CFP destaca importância da Educação Inclusiva no Brasil
- ▶ CFP sai em defesa de uma infância livre de violência
- ▶ CFP diz não à institucionalização da loucura: Pelo fim dos manicômios
- ▶ CFP assina nota de posicionamento em defesa de uma política pública digna para as pessoas em situação de rua



- ▶ CDH/CFP publica nota em Apoio e Solidariedade ao Povo Munduruku
- ▶ CFP publica nota sobre a atuação de psicólogas (os) no Sistema Prisional em relação à pandemia do novo coronavírus
- ▶ CFP e entidades repudiam a Portaria MEC que autorizava curso EAD de Psicologia – normativa foi tornada sem efeito



- ▶ FENPB e Sistema Conselhos de Psicologia divulgam manifesto contra a retirada de direitos durante pandemia da Covid-19
- ▶ Nota do CFP junto da ABPT manifesta preocupação com o veto nº 52/2020 ao PL 3267/2019, na ocasião da sanção da Lei 14.071/20, que altera a lei que institui o Código de Trânsito Brasileiro
- ▶ CFP destaca decisão judicial que reconhece ilegalidade da internação de adolescentes em comunidades terapêuticas

RESULTADO 2:

O XVIII Plenário do CFP engajou a categoria e a sociedade em campanhas de comunicação em defesa e promoção de direitos humanos em seus meios de comunicação.

ATIVIDADES QUE FUNDAMENTAM A DESCRIÇÃO DO RESULTADO 2:



- ▶ Dia nacional de luta pela educação inclusiva
- ▶ Campanhas da Psicologia em defesa da Educação Inclusiva e da Avaliação Psicológica no Trânsito
- ▶ CFP adere à campanha “16 dias de ativismo pelo fim das violências contra as mulheres”
- ▶ Lançamento da Campanha #AbraceAVacina



- ▶ Campanhas #saúdementaldejaneiroajaneiro - Saúde mental e pandemia
- ▶ Campanha #NãoSomosAlvo: pela revogação dos decretos que flexibilizam posse de armas
- ▶ Dia mundial de conscientização do autismo



- ▶ Decretos das armas: #RevogaJá!
- ▶ Campanha #SaúdeMentalDeJaneiroAJaneiro
- ▶ Campanha em defesa de uma educação inclusiva - #RevogaDecreto10.502
- ▶ CFP lança série de PodCast para discutir relações étnicos-raciais e sua interface com a Psicologia



- ▶ Campanha para evidenciar o Dia internacional da visibilidade bissexual
- ▶ Campanha proteger o trabalhador e a trabalhadora da saúde, no contexto da pandemia, é proteger o Brasil
- ▶ Campanha - Nada sobre nós, sem nós: CFP destaca importância da Educação Inclusiva no Brasil
- ▶ 19 de setembro: 32 anos do sus
- ▶ Campanha para evidenciar o Dia Mundial prevenção ao suicídio



- ▶ Campanha para evidenciar o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica
- ▶ Campanha para evidenciar o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua
- ▶ Sistema conselhos de psicologia no julho das pretas
- ▶ Campanha: Vidas indígenas importam
- ▶ Vidas perdidas na pandemia: Basta!



- ▶ Campanha dia internacional contra a Exploração sexual e o tráfico de mulheres e crianças: Basta!
- ▶ Campanha para evidenciar o Dia Mundial de Luta pelo Direito à Moradia e à Cidade
- ▶ Dia Mundial prevenção ao suicídio
- ▶ Saúde mental é coletiva
- ▶ 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres: CFP lança série especial de podcasts

OBJETIVO 2: Evidenciar, por meio das ações de regulamentação, orientação e fiscalização, a indissociabilidade entre Direitos Humanos e Psicologia no âmbito do exercício profissional.

RESULTADO 3: O XVIII Plenário evidenciou seu compromisso do exercício profissional em Psicologia, com seus princípios fundamentados nos direitos humanos.

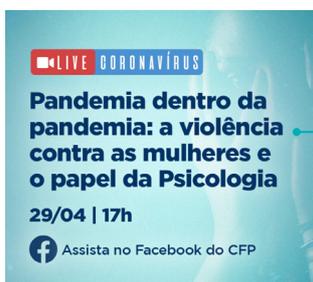
ATIVIDADES QUE FUNDAMENTAM A DESCRIÇÃO DO RESULTADO 3:



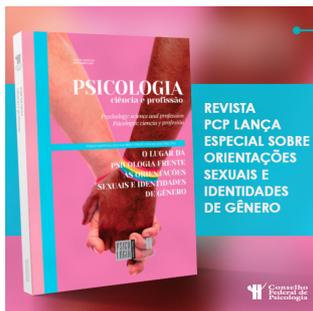
- ▶ Boletim CDH Universais e Interdependentes – Janeiro, Fevereiro e Março / 2022
- ▶ Boletim CDH Universais e Interdependentes – Outubro, Novembro e Dezembro / 2021
- ▶ Boletim CDH Universais e Interdependentes – Julho, Agosto e Setembro / 2021
- ▶ Boletim CDH Universais e Interdependentes – Abril, Maio e Junho / 2021
- ▶ Boletim CDH Universais e Interdependentes – Janeiro, Fevereiro e Março / 2021



- ▶ Boletim CDH Universais e Interdependentes – Novembro e Dezembro / 2020
- ▶ Boletim CDH Universais e Interdependentes – Setembro e Outubro / 2020
- ▶ Boletim CDH Universais e Interdependentes – Julho e Agosto / 2020
- ▶ Boletim CDH Universais e Interdependentes – Junho / 2020
- ▶ Boletim CDH Universais e Interdependentes – Maio / 2020



- ▶ CFP publica Nota de orientação a psicólogas(os) que atuam em Sistema Socioeducativo
- ▶ CFP debate papel da Psicologia diante da violência contra a mulher na pandemia da Covid-19
- ▶ CFP publica recomendações sobre comunicações de óbito por psicólogas(os)



- ▶ Revista PCP lança edição especial sobre orientações sexuais e identidades de gênero
- ▶ CFP debate papel da Psicologia na saúde das mulheres em tempos de pandemia da Covid-19
- ▶ CFP debate drogas, tortura e conservadorismo nas comunidades terapêuticas



- ▶ Vidas interrompidas pela Covid-19: o papel da Psicologia no processo de luto
- ▶ CFP discute impactos da nova política de educação especial no fazer da Psicologia
- ▶ Webnário Nacional sobre Psicologia, Políticas Públicas e Execução Penal.
- ▶ CFP participa de audiência pública no STF sobre fiscalização do sistema penitenciário brasileiro



- ▶ CFP lança pesquisa sobre atuação de psicólogas(os) na Política Pública de Prevenção da Autolesão, do Suicídio e posvenção
- ▶ Live Inclusão e Linguagem
- ▶ CFP destaca presença das mulheres na história e rumos da Psicologia no país



- ▶ CFP promove diálogo sobre avaliação psicológica como instrumento de proteção social
- ▶ CFP reforça posicionamento contrário ao financiamento de comunidades terapêuticas com recursos públicos
- ▶ Informativos sobre violência contra a mulher em tempos de Covid-19

OBJETIVO 3: Orientar a categoria para o exercício de uma psicologia laica, ética e científica respeitando a pluralidade de práticas profissionais e a diversidade dos sujeitos.

RESULTADO 4: O XVIII Plenário debateu e orientou o exercício profissional levando em conta uma Psicologia plural, ética e científica no contexto dos Direitos Humanos.

ATIVIDADES QUE FUNDAMENTAM A DESCRIÇÃO DO RESULTADO 4:



- ▶ Debate entre CFP e Rede Trans
- ▶ Tentativas de Aniquilamento das Subjetividades LGBTIS
- ▶ Combater abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes
- ▶ Nova Resolução da CONPAS prevê maior interação com psicólogas(os) que atuam na assistência social
- ▶ Diálogos Virtuais: psicologia e interseccionalidades na prática profissional - mesa 1
- ▶ Diálogos virtuais: psicologia e interseccionalidades na prática profissional - mesa 2
- ▶ Mesa I Impactos Psicossociais da pandemia na América Latina/ Impactos psicossociales de la pandemia en América Latina: Retos para la Psicología
- ▶ Mesa II Impactos Psicossociais da pandemia na América Latina/ Impactos psicossociales de la pandemia en América Latina: Retos para la Psicología
- ▶ Mesa Redonda na Abrasme: O CFP na pandemia da Covid-19

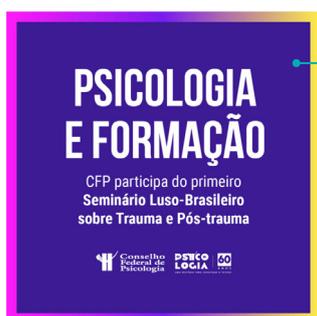


- ▶ “Pela Vida: em defesa do SUS e da Reforma Psiquiátrica”! Esse é o tema da passeata virtual do CFP e da Abrasme que acontece agora, como parte do 7º Congresso da Associação Brasileira de Saúde Mental

- ▶ Consulta Pública do Crepop: Atuação junto aos povos indígenas
- ▶ Pandemia, emergências e desastres e saúde mental

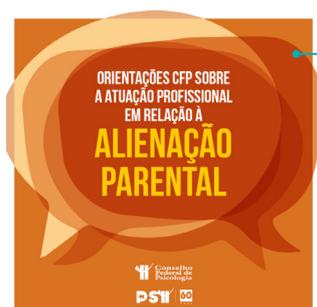


- ▶ CFP institui grupo de trabalho sobre Psicologia Ambiental
- ▶ GT entrega minuta de resolução sobre medidas socioeducativas



- ▶ CFP participa do I Seminário Luso-Brasileiro de Trauma
- ▶ CFP divulga orientações sobre a atuação profissional em relação à alienação parental
- ▶ CFP lança edição revisada das Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os) nos CAPS

- ▶ Semana Nacional do Trânsito 2022: mulheres, mobilidade urbana e trânsito
- ▶ Nota técnica sobre os impactos da Lei nº 12.318/2010 (conhecida como Lei da Alienação Parental)



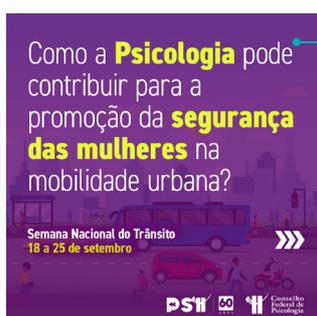
- ▶ CFP participa do Congresso Abrasme - Psicologia: processos e mecanismos de construção de parâmetros éticos para o exercício da profissão

- ▶ CFP promove diálogo sobre Mulheres, Psicologia e Enfrentamento às Violências

- ▶ CFP Divulga: 1ª Jornada de Psicogerontologia UERJ/USP

- ▶ CFP participa do V Congresso Nacional da População de Rua

- ▶ CFP participa de Conferência sobre Promoção à Saúde e Cuidados para População Gay na América Latina e Caribe



- ▶ Semana Nacional do Trânsito 2022: mulheres, mobilidade urbana e trânsito

- ▶ Neste Dia Nacional da Assistência Social, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) reafirma seu compromisso na defesa de políticas públicas tão essenciais à população brasileira.

- ▶ 19 de setembro: 32 anos do SUS

OBJETIVO 4: Contribuir para romper com a cultura de violência em relação às diferenças, afirmando os Direitos Humanos no Sistema Conselhos.

RESULTADO 5: O XVIII Plenário promoveu a atuação profissional antirracista no Sistema Conselhos de Psicologia.

ATIVIDADES QUE FUNDAMENTAM A DESCRIÇÃO DO RESULTADO 5:



- ▶ Marcha pela Vida: CFP realiza atividade virtual para discutir Psicologia e combate ao racismo
- ▶ Saúde Mental da População Negra: um olhar para uma Psicologia Antirracista
- ▶ Intelectuais Negras Contribuindo para a Construção da Psicologia
- ▶ CFP lança série sobre Psicologia no enfrentamento ao racismo



- ▶ Primeiro Seminário Nacional de Psicologia e o Enfrentamento ao Racismo - Aulas 1, 2, 3 e 4
- ▶ Seminário marca luta contra o racismo como estratégia fundamental para radicalizar o direito à vida
- ▶ Revista PCP Relações Raciais disponível para acesso



- ▶ Prêmio Profissional Virgínia Bicudo: CFP abre inscrições em setembro
- ▶ Volume 1 - Psicologia Brasileira na Luta Antirracista
- ▶ Volume 2 - Psicologia Brasileira na Luta Antirracista - Prêmio Virgínia Bicudo
- ▶ 8º programa da campanha de Direitos Humanos do CFP "Racismo é coisa da minha cabeça ou da sua?"



OBJETIVO 5: Promover o exercício profissional que rompa com a lógica de patologização e de medicalização da vida.

RESULTADO 6:

O CFP é reconhecido como um ator relevante nos temas da saúde mental, despatologização e de medicalização da vida.

ATIVIDADES QUE FUNDAMENTAM A DESCRIÇÃO DO RESULTADO 6:



- ▶ Realização da live especial do CFP: drogas, tortura e conservadorismos nas práticas em comunidades terapêuticas
- ▶ Entidades organizam site sobre “Saúde Mental e Covid-19” como estratégia de enfrentamento à pandemia
- ▶ CFP promove live com o tema: manicomialização da juventude



- ▶ CFP transmite a Live da Frente Parlamentar em defesa da saúde mental e da luta antimanicomial
- ▶ CFP junto com entidades da Abrasme entra na luta contra desmontes nas políticas de saúde mental
- ▶ Saúde Mental da População Negra: um olhar para uma Psicologia Antirracista



- ▶ CFP promove junto do sistema conselho e das entidades da Psicologia brasileira, Ato Virtual - Dia D da Saúde Mental
- ▶ Ato virtual marca 20 anos da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial no Brasil
- ▶ CFP participa de audiência pública para discutir os preparativos para a 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental



- ▶ CFP participa e apoia o 8º Congresso da Abrasme
- ▶ Conselho Federal de Psicologia participa de evento preparatório para a 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental
- ▶ CFP participa de debate sobre acolhimento e saúde mental em territórios vulnerabilizados no 3º Encontro Virtual IdeiaSus



TEMA ESTRATÉGICO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

O XVIII Plenário fez todo o esforço para garantir regularidade no atendimento em Psicologia e no exercício profissional, dando respostas à categoria e à sociedade para que tanto os profissionais quanto as pessoas atendidas tivessem segurança para continuar seus processos de atendimento.

Seis dias após a declaração de situação de emergência em todo o Brasil em razão da Covid-19, o Plenário deliberou sobre os procedimentos necessários para o atendimento em Psicologia na modalidade on-line durante a pandemia, aprovando a Resolução 04/2020 que “dispõe sobre regulamentação de serviços psicológicos prestados por meio de Tecnologia da Informação e da Comunicação durante a pandemia do Covid-19”.

Ao mesmo tempo, a área de tecnologia do CFP atualizou o sistema de cadastro E-PSI e garantiu que pudesse receber milhares de cadastros em um curto espaço de tempo, o que, de fato ocorreu. A adesão ao E-PSI passou de 18.739 pedidos de cadastros em 2019, para um total de 104.702 solicitações em 2020. No ano seguinte (2021), foram mais 48.661 pedidos de cadastros e 34.330 novas solicitações, até o presente momento em 2022. No total, ocorreram 209.040 pedidos desde a criação do cadastro E-psi em 2018³, sendo que 190.301 ocorreram no período da pandemia.

No campo da orientação ao exercício profissional, o XVIII Plenário deu conta de uma demanda considerável de iniciativas, garantindo que as áreas da Psicologia tivessem orientação diante de um tempo de enorme imprevisibilidade. Logo de início, criou a página especial Coronavírus e as orientações do CFP⁴, reunindo todas

3 <https://transparencia.cfp.org.br/psicologo/cadastro-e-psi/>

4 Fonte: Site do CFP

as informações sobre a pandemia à medida em que se estabeleciam novas medidas relativas ao exercício da profissão. A página eletrônica reúne textos, vídeos, podcasts, legislação vigente, orientações em políticas públicas, informativos e links redirecionando para as atuações específicas dos CRPs, além de materiais diversos e que buscam auxiliar as psicólogas durante o período pandêmico. A página oferece ainda orientação e suporte para uma atuação segura em emergências e desastres em contextos clínicos, de assistência social, saúde, políticas públicas, entre outros, que têm ou tiveram relação com a pandemia da Covid-19.

Neste tempo de exceção, o CFP atuou com outras entidades da Psicologia e da ciência na coordenação de ações conjuntas – como a Articulação Saúde Mental e Covid-19. Desta articulação foi desenvolvida a página Saúde Mental e Pandemia da Covid-19, além da realização de lives, webinários e debates. Junto à Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP) e ao Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), o CFP promoveu seminários regionais e um seminário nacional acerca do tema estágios em Psicologia durante a Pandemia. Este seminário subsidiou as “Recomendações para estágio remotos em Psicologia, no contexto da pandemia da Covid-19”, produzido em uma parceria entre CFP e ABEP.

Junto do Sistema Conselhos, o CFP se posicionou de forma enfática em defesa da ciência, dos profissionais de saúde e dos direitos humanos. Lançou a campanha #Vacinaparatodos – em prol da inclusão das vacinas contra a Covid-19 no Programa Nacional de Vacinação – e enfrentou a propaganda feita por agentes públicos de desqualificação da ciência e contra a vacinação.

Em meio às questões da pandemia, o CFP não descuidou das agendas sociais que têm presença da Psicologia. Desenvolveu campanha em defesa do novo Fundeb, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação; construiu a campanha em defesa da Psicologia no Trânsito e pela derrubada dos vetos à Lei nº 14.071/2020, que alterava o Código de Trânsito Brasileiro (CTB); encampou mobilização na defesa de uma educação inclusiva e pela derrubada do Decreto nº 10.502/2020; além de ampla mobilização em defesa da Psicologia e do Serviço Social nas redes públicas de educação básica.

Todas estas campanhas ocorreram nas diferentes plataformas do CFP e foram desdobradas em lives, webinários, reuniões de grupos de trabalho e encontros temáticos, bem como em articulações com entidades e movimentos sociais nos quais a Psicologia brasileira está em conexão fundamentada em seu lugar de ciência e profissão.

Foram muitas as iniciativas vinculadas ao tema estratégico Exercício Profissional, e, em muitas delas, fica evidente o pano de fundo da promoção dos direitos humanos. É o que se verifica, por exemplo, com a produção e publicação de Referências Técnicas realizadas pelo CREPOP, ou mesmo em resoluções para o exercício profissional da categoria que têm como foco populações, comunidades e políticas públicas atravessadas pelos valores e pressupostos de proteção das garantias fundamentais.

Os resultados da atuação do CFP quanto ao tema Exercício Profissional poderão ser conferidos a seguir. O que fica evidenciado é que a gestão do XVIII Plenário do CFP atuou no sentido de orientar a categoria sobre o exercício profissional considerando as especificidades de cada área e o contexto da pandemia do Covid-19, ao mesmo tempo em que coordenava ações do Sistema Conselhos com o objetivo de dar respostas às demandas emergenciais, urgentes e prioritárias dos profissionais da Psicologia, do Sistema Conselhos e da sociedade.

Diante da pandemia de Covid-19 o CFP buscou dar sua contribuição na promoção de conhecimento em Psicologia como ciência e profissão. Junto às entidades da Psicologia brasileira e de instituições de ensino, implementou processos de diálogos com diferentes áreas profissionais para atuar nos contextos de emergências e desastres, além de contribuir como ciência e profissão em diferentes políticas públicas.

Resultados do tema estratégico

EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

À luz da visão estratégica da Autarquia e das contingências da pandemia de Covid-19

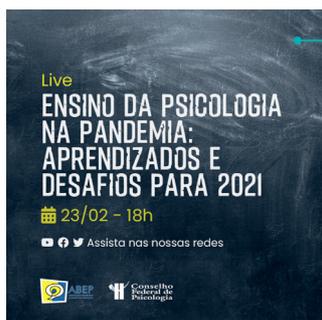
No mapa estratégico do CFP definido em fevereiro de 2020 para o tema estratégico Exercício da Profissão foram definidos cinco objetivos. Na sequência, estão registrados cada um deles e o alcance de seus resultados fundamentados em ações.

OBJETIVO 6: Promover, por meio de orientação, a qualificação dos serviços prestados em Psicologia nos seus diversos campos, ampliando seus impactos sociais.

RESULTADO 7:

O XVIII Plenário orientou a categoria sobre o exercício profissional considerando as especificidades de cada área e o contexto da pandemia de Covid-19.

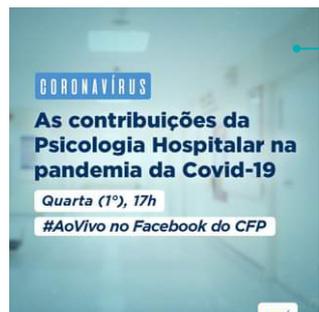
ATIVIDADES QUE FUNDAMENTAM A DESCRIÇÃO DO RESULTADO 7::



- ▶ Diálogo Digital #EP30 – Ensino da Psicologia na pandemia: aprendizados e desafios para 2021
- ▶ Diálogo Digital #EP29 – População em situação de rua e Psicologia na Assistência Social frente à pandemia
- ▶ Diálogo Digital #EP24 – População indígena e as políticas sociais no contexto da pandemia
- ▶ Diálogo Digital #EP21 – Vidas interrompidas pela Covid-19: o papel da Psicologia no processo de luto



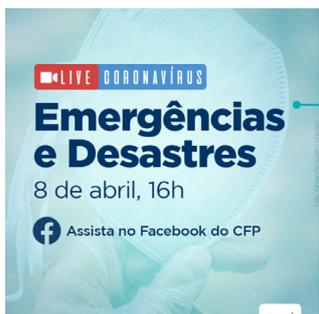
- ▶ Diálogo Digital #EP20 – Trabalhadoras e Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS): Condições de trabalho frente à pandemia
- ▶ Diálogo Digital #EP14 – A Psicologia e o Esporte: Flexibilização e retorno das competições em tempos de pandemia
- ▶ Diálogo Digital #EP13 – Seminário Nacional Formação em Psicologia no Contexto da Covid-19



- ▶ Diálogo Digital #EP08 – Saúde da Mulher: A Psicologia e os desafios antes, durante e depois da pandemia da Covid-19
- ▶ Diálogo Digital #EP07 – Luta antimanicomial e o papel da Psicologia no cuidado em tempos de pandemia
- ▶ Diálogo Digital #EP06 – Proteção Integral de Crianças e Adolescentes em tempos de pandemia
- ▶ Diálogo Digital #EP05 – A Psicologia diante da violência contra a mulher na pandemia da Covid-19
- ▶ Diálogo Digital #EP04 – Vulnerabilidade dos povos indígenas no contexto da pandemia
- ▶ Diálogo Digital #EP03 – Emergências e Desastres
- ▶ Diálogo Digital #EP02 – As contribuições da Psicologia Hospitalar na pandemia da Covid-19
- ▶ Diálogo Digital #EP01 – Coronavírus e a atuação da Psicologia nas políticas de saúde e assistência social
- ▶ CFP Debate #EP11 – O Conselho Federal de Psicologia na pandemia da Covid-19: atuação em rede e junto à categoria na atenção à saúde mental
- ▶ CFP Debate #EP05 – CFP, Fiocruz, OPAS, SBP, CISM/ CNS, Conasems, Conass e FENAPSI lançam site especial sobre Saúde Mental e Covid-19
- ▶ CFP Debate #EP02 – Como a pandemia do Coronavírus pode afetar a saúde mental da população
- ▶ Atuação da Psicologia Hospitalar
- ▶ Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade é tema de Diálogo Digital na próxima 5a feira [1/12]

RESULTADO 8: Diante da pandemia de Covid-19, o CFP implementou processos de diálogos com diferentes áreas da Psicologia para atuar nos contextos de emergências e desastres.

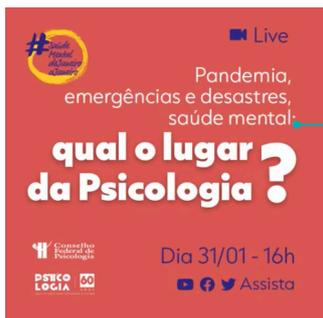
ATIVIDADES QUE FUNDAMENTAM A DESCRIÇÃO DO RESULTADO 8:



- ▶ CFP promove Live Diálogo Digital - Atuação da Psicologia - Emergências e desastres
- ▶ CFP realizou live sobre "Coronavírus: Atuação da Psicologia em emergências e desastres"
- ▶ Live Especial pandemia: emergências e desastres
- ▶ Atuação da Psicologia em Emergências e Desastres na América Latina: Situação atual e perspectivas futuras



- ▶ CFP retransmite diálogo sobre os impactos das inundações na Bahia
- ▶ Emergências e Desastres CFP e CRP-BA monitoram o auxílio psicológico às vítimas das chuvas na Bahia
- ▶ CFP e CRP-BA auxiliam municípios afetados pelas chuvas
- ▶ CRP-MG e CFP realizam evento sobre a Psicologia nas circunstâncias de Emergências e Desastres



- ▶ Papel da PSI no contexto da pandemia e de Emergência e desastres
- ▶ CFP realiza debate no contexto da pandemia: emergências e desastres e saúde mental
- ▶ Atuação da Psicologia em emergências e desastres está na programação da Mostra Suas em Belo Horizonte

OBJETIVO 7: Qualificar as ações de orientação e fiscalização, aproximando a categoria do Sistema Conselhos.

RESULTADO 9:

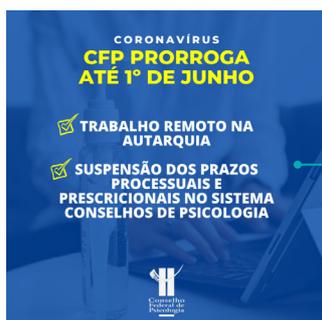
Diante da pandemia da Covid-19, o XVIII Plenário atuou para coordenar ações do Sistema Conselhos com o objetivo de dar respostas às demandas emergenciais, urgentes e prioritárias à Psicologia brasileira.

ATIVIDADES QUE FUNDAMENTAM A DESCRIÇÃO DO RESULTADO 9:

- ▶ O CFP constituiu junto dos Conselhos Regionais de Psicologia um Comitê de Crise permanente, com a presença das presidentas e presidentes dos Conselhos Regionais para tratar:



- **Portaria CFP 18/21:** Prorroga o prazo das medidas administrativas e de prestação de trabalho no modo remoto estabelecidas na Portaria CFP nº 15, de 17 de março de 2020 e suas alterações posteriores, para prevenir contágio pelo novo coronavírus [Covid-19].
- **Portaria CFP 08/21:** Prorroga o prazo das medidas administrativas e de prestação de trabalho no modo remoto estabelecidas na Portaria CFP nº 15, de 17 de março de 2020 e suas alterações posteriores, para prevenir contágio pelo novo coronavírus [Covid-19].
- **Resolução nº 3, de 31 de maio de 2021:** Dispõe sobre alterações administrativas temporárias na Resolução CFP nº 13, de 14 de setembro de 2007, e na Resolução CFP nº 13, de



14 de setembro de 2007, e na Resolução CFP nº 9, de 25 de abril de 2018, em razão das medidas sanitárias impostas pela pandemia da Covid-19 e revoga a Resolução CFP nº 37, de 22 de dezembro de 2020.

- **Instrução Normativa nº 01/2021:** Dispõe sobre a prorrogação da suspensão dos prazos processuais e prescricionais no âmbito do Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais de Psicologia, nos termos da Instrução Normativa CFP nº 1, de 17 de março de 2020 e suas alterações posteriores.

- **Portaria CFP 37/2020:** Prorroga o prazo das medidas administrativas e de prestação de trabalho no modo remoto estabelecidas na Portaria CFP nº 15, de 17 de março de 2020 e suas alterações posteriores, para prevenir contágio pelo novo coronavírus (Covid-19).

- **Retificação da Resolução CFP nº 37/2020:** Dispõe sobre alterações administrativas temporárias na Resolução CFP nº 13, de 14 de setembro de 2007, e na Resolução CFP nº 9, de 25 de abril de 2018, em razão das medidas sanitárias impostas pela Pandemia da Covid-19, e revoga a Resolução CFP nº 09, de 15 de julho de 2020.



- **Resolução CFP nº 37/2020:** Dispõe sobre alterações administrativas temporárias na Resolução CFP nº 13, de 14 de setembro de 2007, e na Resolução CFP nº 9, de 25 de abril de 2018, em razão das medidas sanitárias impostas pela Pandemia da Covid-19, e revoga a Resolução CFP nº 09, de 15 de julho de 2020.

- **Resolução CFP nº 36/2020:** Dispõe sobre a realização de atos processuais, audiências e julgamentos por videoconferência de processos disciplinares, durante o período de pandemia por Covid-19, com o uso de tecnologias de informação em caráter excepcional, no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia.

- **Portaria CFP 28/2020:** Prorroga o prazo das medidas administrativas e de prestação de trabalho no modo remoto estabelecidas na Portaria CFP nº 15, de 17 de março de 2020 e suas alterações posteriores, para prevenir contágio pelo novo coronavírus (Covid-19).



- **Instrução Normativa nº 06/2020:** Prorroga o prazo de suspensão dos prazos processuais e prescricionais no âmbito do Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais de Psicologia, nos termos da Instrução Normativa CFP nº 1, de 17 de março de 2020 e suas alterações posteriores.

- **Resolução CFP nº 09/2020:** Dispõe sobre alterações administrativas temporárias na Resolução CFP nº 13, de 14 de setembro de 2007, e na Resolução CFP nº 9, de 25 de abril de 2018, em razão das medidas sanitárias impostas pela Pandemia da Covid-19.

- **Portaria CFP 24/2020:** Prorroga o prazo das medidas administrativas e de prestação de trabalho no modo remoto estabelecidas na Portaria CFP nº 15, de 17 de março de 2020 e suas alterações posteriores, para prevenir contágio pelo novo coronavírus (Covid-19).

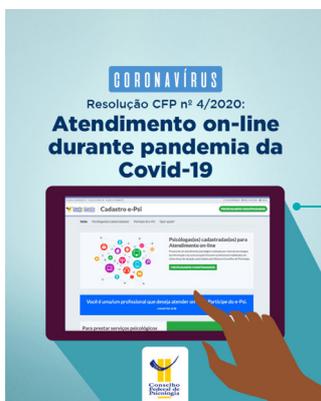


- **Instrução Normativa nº 05/2020:** Prorroga o prazo de suspensão dos prazos processuais e prescricionais no âmbito do Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais de Psicologia, nos termos da Instrução Normativa CFP nº 1, de 17 de março de 2020 e suas alterações posteriores.

- **Instrução Normativa nº 04/2020:** Prorroga o prazo de suspensão dos prazos processuais e prescricionais no âmbito do Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais de Psicologia, nos termos da Instrução Normativa CFP nº 1, de 17 de março de 2020 e suas alterações posteriores.



- **Instrução Normativa nº 03/2020:** Prorroga o prazo de suspensão dos prazos processuais e prescricionais no âmbito do Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais de Psicologia, nos termos da Instrução Normativa CFP nº 1, de 17 de março de 2020 e suas alterações posteriores.



- **Resolução CFP nº 05/2020:** Dispõe sobre alterações, em caráter temporário e em regime de urgência, na Resolução CFP nº 003/2007 e na Resolução CFP nº 016/2019, a fim de possibilitar o atendimento administrativo das demandas da categoria, em razão das medidas sanitárias impostas pela Pandemia da Covid-19.

- **Portaria CFP 21/2020:** Prorroga o prazo das medidas administrativas e de prestação de trabalho no modo remoto estabelecidas na Portaria CFP nº 15, de 17 de março de 2020 e suas alterações posteriores, para prevenir contágio pelo novo coronavírus (Covid-19).

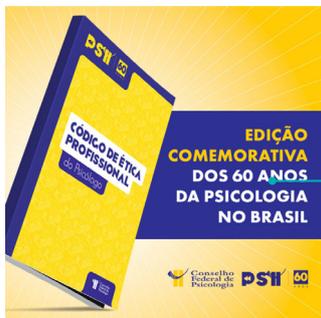
- **Instrução Normativa 02/2020:** Prorroga o prazo de suspensão dos prazos processuais e prescricionais no âmbito do Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais de Psicologia, nos termos da Instrução Normativa CFP nº 1, de 17 de março de 2020.

- **Resolução CFP nº 04/2020:** Resolução CFP sobre a regulamentação do atendimento psicológico on-line durante a pandemia do COVID-19.

- **Resolução CFP nº 03/2020:** Dispõe sobre a prorrogação do vencimento da anuidade do exercício 2020.

- **Instrução Normativa 01/2020:** Dispões sobre a suspensão dos prazos processuais e prescricionais no âmbito do Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais de Psicologia durante a pandemia do COVID-19.

- **Portaria CFP 15/2020:** Estabelece medidas administrativas temporárias para prevenir contágio pelo novo coronavírus (Covid-19).



- ▶ Código de Ética Profissional do Psicólogo: Código de ética do psicólogo que estabelece as práticas profissionais regulamentadas.

- ▶ CFP realiza cerimônia de premiação sobre Práticas Inovadoras no Exercício da Psicologia



▶ **6º CBP**

- Germinário "Mulheres, Psicologia e Enfrentamento às violências
- Conf. Eixo 1 - História da Psicologia: manutenção e subversão na ciência e na profissão - Palestrante: Ana Maria Jacó Vilela
- Conf. Eixo 2 - Psicologia, diversidade e direito humanos: avanços e desafios para a ciência e profissão
- Live de Lançamento do site Psicologia e Serviço Social na Educação Básica
- Conf Eixo 3 - Formação em Psicologia: reflexões e ações para uma formação crítica
- Conf. Eixo 4 - O trabalho da psicologia: práticas profissionais e produção de conhecimento

OBJETIVO 8: Fomentar a produção de conhecimento sobre a formação e exercício profissional.

RESULTADO 10:

O XVIII Plenário incidu na promoção de conhecimento em Psicologia como ciência e profissão, em diferentes áreas, junto às entidades da Psicologia brasileira e instituições de ensino.

ATIVIDADES QUE FUNDAMENTAM A DESCRIÇÃO DO RESULTADO 10:



- ▶ CFP e ABEP realizam seminário nacional para colocar em debate a formação e estágios em Psicologia no contexto da Covid -19
- ▶ CFP, CRPs e ABEP realizam seminários virtuais para debater estágio em tempos de pandemia
- ▶ CFP e ABEP promovem rodas de conversas sobre formação durante a pandemia da Covid-19



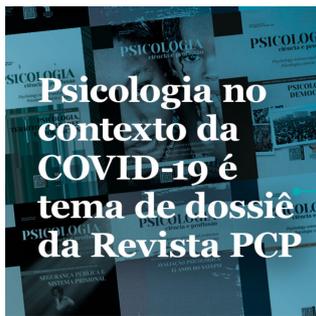
- ▶ CFP e ABEP lançam recomendações sobre práticas e estágios remotos em tempos de pandemia
- ▶ Live sobre a pesquisa da SBPOT retratos da Psicologia Brasileira no Cenário da Covid -19
- ▶ CFP lança pesquisa sobre atuação de psicólogas(os) nos Serviços de Acolhimento do SUAS
- ▶ CFP homologa resultado final do concurso de concessão de Registro de Especialista



- ▶ CFP apoia a ABRAP na realização do debate sobre pesquisa e prática clínica
- ▶ CFP apoia e participa do XIII Encontro Nacional da ABEP - Mesa: Direitos Humanos e Pandemia: Desafios da Psicologia
- ▶ CFP realiza III Concurso de Provas e Títulos
- ▶ CFP participa do 5º Fórum da Abrasme - Saúde mental



- ▶ CFP participa de Congresso sobre Psicologia Ambiental e Relações Pessoa-Ambiente
- ▶ CFP realiza audiências públicas para ouvir entidades especialistas quanto à Minuta de Resolução sobre Psicoterapia
- ▶ 1ª Audiência - Ciclo de audiências públicas sobre psicoterapia - Entidades nacionais
- ▶ 2ª Audiência - Ciclo de audiências públicas sobre psicoterapia - Entidades nacionais



- ▶ 3ª Audiência - Ciclo de audiências públicas sobre psicoterapia - Entidades nacionais
- ▶ CFP publica dossiê de artigos sobre os 40 anos Revista PCP
- ▶ CFP publica Revista PCP no contexto da Covid -19 como tema de dossiê

OBJETIVO 9: Defender as Políticas Públicas como campo de exercício profissional da Psicologia para o acesso e garantia de direitos.

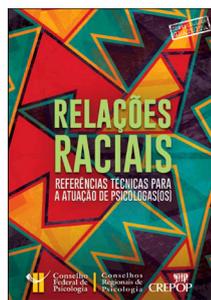
RESULTADO 11:

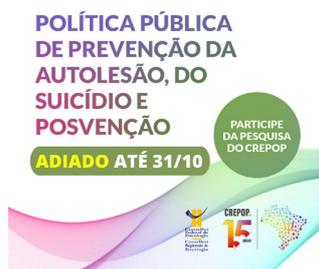
O XVIII Plenário promoveu a contribuição da Psicologia brasileira, como ciência e profissão, em diferentes políticas públicas.

ATIVIDADES QUE FUNDAMENTAM A DESCRIÇÃO DO RESULTADO 11:

▶ Publicadas Referências Técnicas:

- Álcool e outras drogas
- Saúde
- Educação
- Esporte
- Mobilidade
- Povos tradicionais
- Questões da terra
- Relações raciais
- Saúde do(a) trabalhador(a)
- Âmbito hospitalar
- Varas de família
- Segurança pública
- Atuação de Psicólogas(os) na Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes em Situação de Violência Sexual
- Atuação de Psicólogas (os) no Sistema Prisional
- Atuação da categoria em Programas e Serviços de IST/HIV/aids
- Atuação de psicólogas(os) no CRAS/SUAS
- Atuação de Psicólogas(os) Junto aos Povos Indígenas
- Atuação de psicólogas(os) nos CAPS





- ▶ CFP lança pesquisa sobre atuação de psicólogas(os) na Política Pública de Prevenção da Autolesão, do Suicídio e posvenção
- ▶ CFP realiza seminário Crepop 15 anos: Defesa e Resistência da Psicologia nas Políticas Públicas - Abertura
- ▶ Crepop realiza seminário "Defesa e Resistência da Psicologia nas Políticas Públicas"
- ▶ CREPOP - 15 ANOS: Defesa e Resistência da Psicologia nas Políticas Públicas
- ▶ CREPOP - 15 ANOS: Atuação profissional e diversidade humana
- ▶ Abertura: CREPOP - 15 ANOS: Defesa e Resistência da Psicologia nas Políticas Públicas
- ▶ XI edição do Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas.
- ▶ CFP publica Resolução Nº 14/2022 que reforça o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) como ferramenta permanente de gestão no Sistema Conselhos de Psicologia

OBJETIVO 10: Defender perante a sociedade, instituições de Estado e outras profissões o caráter privativo das práticas exclusivas da psicologia, nos termos da legislação.

RESULTADO 12:

O CFP se mobilizou para explicitar no âmbito da ADI 3481 a adequação, proporcionalidade e razoabilidade em se manter restrita a venda de testes psicológicos somente às psicólogas inscritas.

ATIVIDADES QUE FUNDAMENTAM A DESCRIÇÃO DO RESULTADO 12:



- ▶ CFP protocolou no STF memoriais e parecer jurídico que reforçam a legalidade da restrição de comercialização dos gabaritos dos testes psicológicos
- ▶ STF julgou embargos do CFP sobre ADI dos Testes Psicológicos
- ▶ STF conclui votação de embargos apresentados pelo Conselho Federal de Psicologia na ADI sobre testes psicológicos. Apesar da maioria dos ministros considerarem o argumento do CFP, o plenário não atingiu o quórum qualificado e ficou mantida a comercialização.
- ▶ CFP publica percurso histórico da ADI 3481



TEMA ESTRATÉGICO VALORIZAÇÃO E DEFESA DA PROFISSÃO

Nunca antes a Psicologia brasileira falou tanto de si, para si mesma e para a sociedade. O XVIII Plenário do CFP revisitou a história da Psicologia brasileira e seu legado à sociedade brasileira.

Evidenciou que, como ciência e profissão, a Psicologia está presente na vida de milhões de brasileiras, por sua atuação na neuropsicologia, na avaliação psicológica, na psicologia de trânsito, psicologia do esporte, psicologia escolar e educacional, psicologia hospitalar, psicologia organizacional e do trabalho, psicologia social, psicoterapia, nos centros de assistência psicossocial, na Justiça, na segurança pública, entre outros campos como a formação profissional em instituições de ensino. Há diferentes indicadores que evidenciam o quanto a psicologia é valorizada pela sociedade e a procura por formação em Psicologia é um deles. Apenas para ilustrar, nos últimos três anos se formaram, em média, 30 mil novos profissionais/ano em Psicologia.

No marco dos 60 anos de regulamentação da profissão, entre agosto de 2021 a agosto de 2022, o CFP realizou um conjunto de atividades de comemoração e posicionamento do projeto ético-político da Psicologia brasileira no presente e para o futuro. Iniciou a jornada de atividades já em 2021, com 13 lives realizadas em 27 de agosto daquele ano, onde foram apresentadas as 13 especialidades da Psicologia, conduzida por especialista da área, de modo a possibilitar um novo olhar diante do atual cenário da profissão e dos desafios futuros da categoria.

Ainda no marco dos 60 anos da Psicologia brasileira, foi publicada edição especial da Revista Psicologia: Ciência e Profissão (PCP) com o objetivo de discutir as práticas e saberes da Psicologia, articulando estes campos em uma análise das experiências com as perspectivas futuras da profissão no Brasil, buscando evidenciar, a

partir de sua trajetória, como foram produzidas as práticas psicológicas para o enfrentamento dos desafios atuais e futuros da sociedade.

Considerando o tema de Valorização da Psicologia brasileira, outro indicador é a participação do CFP em conselhos e fóruns de políticas públicas e de controle social. Mesmo no contexto da pandemia, o CFP manteve a tradição de assumir tanto posições eletivas como as de responsabilidade na organização e promoção de atividades de conselhos e fóruns. Neste cenário, o CFP teve atuação destacada nos Conselhos Nacional de Saúde, Conselho Nacional de Direitos Humanos, Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e no Conselho Nacional de Assistência Social, entre outros.

Para além dos conselhos, o CFP foi eleito ou convidado para atuar em diferentes comissões, grupos de trabalho e fóruns de articulação, tais como: Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS, Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área de Saúde, Fórum Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, Fórum Nacional Popular de Educação, Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade, entre outros. A atuação do CFP nesses espaços integra a cultura organizacional da categoria, e diante da pandemia e da crise política vivenciada em nosso país, a presença da Psicologia nesses colegiados fortaleceu ainda mais seus vínculos com diferentes setores sociais.

Ainda no marco dos 60 anos da regulamentação da profissão, o CFP foi convidado para sessões solenes e audiências junto ao Parlamento em mais de 20 municípios, estados e no Congresso Nacional. Foram dezenas de espaços institucionais nos quais a Psicologia brasileira foi homenageada, com destaque para sessão solene na Câmara Federal e a confecção pelos Correios de Selo Postal em homenagem aos 60 anos da regulamentação da profissão.

O CFP atuou em defesa de seu projeto ético-político em diferentes frentes, em especial no Judiciário. Foram inscritas ações na Justiça Federal e no Supremo Tribunal Federal nas quais o CFP se posiciona contra decretos presidenciais que tinham o objetivo de alterar as regras de composição e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda); que pretendiam modificar regras sobre armamentos; e que alteravam as regras sobre a Política Nacional de Educação Especial. O CFP também se posicionou na Justiça contra a autorização do MEC para a criação de vagas em cursos exclusivamente EAD e contra a Resolução do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad) que trata sobre o acolhimento e internação de crianças e adolescentes em comunidade terapêuticas.

Sobre o Conanda, o CFP junto a outras entidades da sociedade civil, promoveu e assinou a “Carta Manifesto em Defesa do Conanda e da Eleição no Biênio 2021-2022”. Como resultado da ação jurídica e

pressão social, o Supremo Tribunal Federal decidiu, por dez votos a um, a permanência da plena participação social no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Ainda sobre processos vinculados à Suprema Corte o CFP – junto ao Sistema Conselhos e entidades nacionais da Psicologia – teve que enfrentar um revés no Supremo Tribunal Federal quanto a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) sobre comercialização dos testes psicológicos. O CFP – em conjunto com o Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), o Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP), a Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (ASBRo), o Instituto Brasileiro de Neuropsicologia e Comportamento (IBNeC) e a Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego (Abrapsit) – conduziu esforços para elucidar e mobilizar a categoria e a sociedade sobre o impacto da decisão do STF.

O CFP arguiu contra a decisão do Supremo de permitir a comercialização dos testes psicológicos e protocolou no STF memoriais e parecer jurídico que reforçam a legalidade da restrição de comercialização dos gabaritos dos testes psicológicos. O parecer utilizado pela Autarquia foi elaborado pelo advogado constitucionalista Daniel Sarmiento, professor titular de Direito Constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Em seu entendimento “é absolutamente contraditório exigir legalmente testes psicológicos para uma série de questões sensíveis, mas adotar medida que lhes retira toda eficácia e credibilidade”. Ainda segundo Sarmiento, “há, sem dúvida, inegável descompasso entre, de um lado, o interesse público subjacente às leis que obrigam a realização de testes psicológicos e, do outro lado, a suspensão das restrições de acesso aos seus gabaritos, que permite o condicionamento prévio aos padrões de resposta, tornando os testes praticamente inúteis”.

O CFP ingressou no STF com embargos de declaração ponderando sobre as consequências que a decisão da Suprema Corte acarreta para a sociedade, elucidando aspectos relacionados ao roteiro de aplicação e correção, crivos, folhas de resposta e gabaritos, de modo a garantir a integridade dos testes enquanto instrumentos de avaliação psicológica. Foi evidenciado que possibilitar o acesso desses elementos dos testes a pessoas que não são profissionais da Psicologia pode representar prejuízos em áreas como trânsito, justiça, segurança pública, concursos públicos, entre outras.

Durante o ano de 2021 o STF chegou a colocar na pauta de seu plenário a apreciação dos embargos, mas o ministro Dias Tóffoli pediu vistas e o processo ficou suspenso. Em 2022, o Plenário do STF retomou a pauta, e apesar de todo o esforço e da maioria simples

dos ministros do Supremo acolherem a arguição do CFP, o placar necessitava de maioria qualificada para suspender a comercialização – infelizmente isso não ocorreu.

Importante registrar que o Conselho Federal de Psicologia também impetrou no STF pedido de admissão como *amicus curiae* tanto na ADI nº 6590 quanto na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) Nº 751. Ambas contestam o Decreto 10.502/2020 do Governo Federal, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Na prática, o decreto modifica a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, vigente desde 2008, e representa verdadeiro retrocesso e risco do retorno à segregação. O Decreto 10.502/2020 foi construído pelo Ministério da Educação sem qualquer participação e consulta às entidades representativas do movimento das pessoas com deficiência, aos setores da sociedade civil, às pessoas com deficiência, seus familiares e às(aos) pesquisadoras(es) do tema.

O objetivo do CFP como *amicus curiae* foi subsidiar a Corte com conceitos técnicos científicos e elementos objetivos, sob o ponto de vista da saúde e desenvolvimento mental, emocional e psíquico de educandas(os) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação – contribuindo, assim, para embasar a Suprema Corte em sua decisão. O decreto teve a eficácia suspensa pelo ministro relator das ações, Dias Toffoli, em decisão liminar proferida no dia 1º de dezembro. No mesmo mês, por 9 votos a 2, o Plenário do STF suspendeu a eficácia do decreto confirmando os termos da liminar concedida pelo ministro Dias Toffoli.

O CFP também ingressou com *amicus curiae* em outra ação, desta vez, contra normativa que permite o acolhimento de adolescentes em comunidades terapêuticas. Na avaliação do CFP, a Resolução nº 3/2020 do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad) retorna à lógica do Código de Menores de 1979, paradigma que compreende crianças e adolescentes como objeto de controle e coerção do Estado, e não como sujeitos de direitos. A 12ª Vara Federal de Pernambuco declarou a ilegalidade da Resolução do Conad, e o tema agora segue sob análise do Tribunal Regional.

Foram muitas as pautas de governo nas quais o CFP, respaldado no código de ética da profissão, nas evidências científicas e no posicionamento ético-político da categoria, teve de atuar no ambiente político, jurídico e institucional. Os Decretos nº 10.627/2021; nº 10.628/2021; nº 10.629/2021; e nº 10.630/2021, por exemplo – publicados em 12 de fevereiro pelo Governo Federal, na prática extinguíam a exigência de credenciamento específico na Polícia Federal

para que psicólogas(os) possam avaliar a aptidão para a posse e o porte de arma de fogo no país. O STF formou maioria para manter a suspensão de decretos que flexibilizam o porte de armas e, até o presente momento, não há alteração.

O CFP, mesmo diante da letalidade da pandemia, e como uma profissão vinculada à área da saúde, não se eximiu de enfrentar no terreno jurídico a defesa de sujeitos, políticas públicas e prerrogativas da Psicologia brasileira, que está a serviço de toda a sociedade.

No campo da valorização da categoria, não se pode esquecer que a atual gestão atuou de forma legítima na defesa da regulamentação da jornada de 30h semanais para a profissão de psicóloga(o). Realizou debates, lives e atividades que explicitam a necessidade e importância desta decisão do ponto de vista do atendimento, mobilizando a categoria para estabelecer o diálogo com deputados no Congresso Nacional.

Outro aspecto relevante quanto à defesa e valorização da categoria está na interlocução. O XVIII Plenário do CFP manteve a tradição de um profundo diálogo com a categoria, com as instituições de ensino superior, com a sociedade e instituições de Estado, particularmente naquilo que chamaremos aqui de “diálogos de possibilidades” – caracterizados por seminários que abordam diferentes aspectos da ciência, do exercício profissional, da conjuntura, da garantia de direitos e de implementação de políticas públicas.

O Conselho realizou dezenas de seminários, jornadas, mostras e campanhas, entre outras atividades de diálogo com a categoria. Para citar alguns: os Seminários regionais e nacional sobre a formação profissional e os estágios em tempo de pandemia; o Seminário Nacional sobre Psicoterapia: formação, qualificação e regulamentação; os ciclos de seminários dos 15 anos do CREPOP, que abordaram a defesa e resistência da Psicologia brasileira nas políticas públicas; o IX Seminário Nacional de Direitos Humanos, que realizou diferentes mesas e apresentações de trabalhos, e cuja última atividade foi a entrega do Prêmio Profissional Virgínia Bicudo, que premiou nove trabalhos teórico-técnicos apresentados com o tema “Práticas para uma Psicologia Antirracista”.

Ainda na perspectiva de orientação e diálogo com a categoria, citamos mais dois seminários que marcaram a gestão: o XI Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas: Amazônia como espaço de conexões territoriais e a produção de vida nas diversidades; e o Seminário sobre Reforma Administrativa: o que a Psicologia tem a ver com isso? Também ocorreram a II Mostra Nacional de Práticas em Psicologia no SUAS, que teve etapas nas cinco regiões e foi funda-

mental para visualizarmos os impactos da pandemia nas populações mais vulnerabilizadas em todo o país.

Como resultado de todo este trabalho, é possível apontar que o CFP cumpriu neste tempo de pandemia sua função precípua regulamentando, orientando e atuando como instância recursal de julgamentos éticos e, com isso, atuou na defesa e valorização do exercício profissional da Psicologia em todas as áreas.

Ao mesmo tempo, o CFP promoveu práticas e campos de atuação de Psicologia em âmbito nacional e internacional, considerando o contexto da pandemia de Covid-19, e garantiu sua participação em Conselhos de Políticas Públicas, fóruns e espaços de articulação institucional, científica e política – como sua atuação no diálogo com os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Considerando o marco dos 60 anos da regulamentação da profissão, o XVIII Plenário do CFP atuou para evidenciar o papel e contribuição da Psicologia brasileira à sociedade, apontando tendências e desafios nos diferentes campos e áreas de atuação. Consideramos que, pela quantidade de convites e atividades realizadas em homenagem à atuação da Psicologia, pelos seus 60 anos, mas também, pelo seu papel durante a pandemia de Covid-19, o CFP e o Sistema Conselhos alcançaram um importante espaço de reconhecimento, tal como será evidenciado pelas ações, resultados e objetivos alcançados.

Resultados do tema estratégico

DEFESA E VALORIZAÇÃO

À luz da visão estratégica da Autarquia e das contingências da pandemia de Covid-19

No mapa estratégico do CFP definido em fevereiro de 2020 para o tema estratégico Defesa e Valorização da Psicologia foram estabelecidos cinco objetivos estratégicos. Na sequência, estão registrados cada um dos objetivos e o alcance de seus resultados fundamentados em ações.

OBJETIVO 11: Utilizar os mecanismos de regulamentação, orientação e fiscalização para valorizar e defender o exercício profissional da Psicologia em todos os âmbitos de atuação.

RESULTADO 13:

O XVIII Plenário expediu resoluções com o objetivo de valorizar o exercício da Psicologia brasileira como ciência e profissão em diferentes áreas de atuação .

ATIVIDADES QUE FUNDAMENTAM A DESCRIÇÃO DO RESULTADO 13:



- ▶ **RESOLUÇÃO Nº 3, DE 23 DE MARÇO DE 2020:** Dispõe sobre a prorrogação do vencimento da anuidade do exercício 2020.
- ▶ **RESOLUÇÃO Nº 4, DE 26 DE MARÇO DE 2020:** Dispõe sobre regulamentação de serviços psicológicos prestados por meio de Tecnologia da Informação e da Comunicação durante a pandemia de Covid-19.
- ▶ **RESOLUÇÃO Nº 5, DE 07 DE ABRIL DE 2020:** Dispõe sobre alterações, em caráter temporário e em regime de urgência, na Resolução CFP nº 003/2007 e na Resolução CFP nº 016/2019, a fim de possibilitar o atendimento administrativo das demandas da categoria, em razão das medidas sanitárias impostas pela p andemia de Covid -19
- ▶ **RESOLUÇÃO Nº 7, DE 23 DE JUNHO DE 2020:** Regulamenta a Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social - CONPAS e revoga a Resolução CFP nº 13, de 21 de maio de 2018.

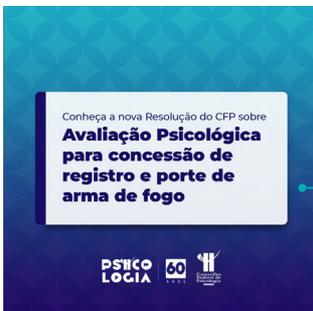


- ▶ **RESOLUÇÃO Nº 8, DE 07 DE JULHO DE 2020:** Estabelece normas de exercício profissional da psicologia em relação às violências de gênero.
- ▶ **RESOLUÇÃO Nº 9, DE 15 DE JULHO DE 2020:** Dispõe sobre alterações administrativas temporárias na Resolução CFP nº 13, de 14 de setembro de 2007, e na Resolução CFP nº 9, de 25 de abril de 2018, em razão das medidas sanitárias impostas pela Pandemia da Covid-19.
- ▶ **RESOLUÇÃO Nº 36, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020:** Dispõe sobre a realização de atos processuais, audiências e julgamentos por videoconferência de processos disciplinares, durante o período de pandemia por Covid-19, com o uso de tecnologias de informação em caráter excepcional, no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia.

Nova Resolução prorroga prazos da Avaliação Psicológica até 1º de abril de 2021



- ▶ **RESOLUÇÃO Nº 37, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020:** Dispõe sobre alterações administrativas temporárias na Resolução CFP nº 13, de 14 de setembro de 2007, e na Resolução CFP nº 9, de 25 de abril de 2018, em razão das medidas sanitárias impostas pela Pandemia da Covid-19, e revoga a Resolução CFP nº 09, de 15 de julho de 2020.
- ▶ **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 01 DE ABRIL DE 2021:** Dispõe sobre a confecção, a expedição e o recolhimento de carteiras de identidade profissional das/os psicólogas/os. Revoga: o Capítulo VI da resolução CFP Nº 03/2007; os §§ 1º, 2º, 4º, 5º do Art. 2º da resolução CFP Nº 02/2007; §§ 1º, 4º, 5º do Art. 2º e § 1º do Art. 4º da resolução CFP Nº 01/1984; e dá outras providências.



- ▶ **RESOLUÇÃO Nº 3, DE 31 DE MAIO DE 2021:** Dispõe sobre alterações administrativas temporárias na Resolução CFP nº 13, de 14 de setembro de 2007, e na Resolução CFP nº 13, de 14 de setembro de 2007, e na Resolução CFP nº 9, de 25 de abril de 2018, em razão das medidas sanitárias impostas pela Pandemia da Covid-19 e revoga a Resolução CFP nº 37, de 22 de dezembro de 2020.
- ▶ **RESOLUÇÃO Nº 1, DE 21 DE JANEIRO DE 2022:** Regulamenta a Avaliação Psicológica para concessão de registro e porte de arma de fogo e revoga a Resolução CFP nº 18, de 09 de dezembro de 2008, a Resolução CFP nº 02, de 30 de março de 2009 e a Resolução CFP nº 10, de 21 de outubro de 2009.



- ▶ **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 21 DE JANEIRO DE 2022:** Regulamenta normas e procedimentos para a avaliação psicossocial no contexto da saúde e segurança do trabalhador, em atendimento às normas regulamentadoras emitidas pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia ou órgão correlato.
- ▶ **RESOLUÇÃO Nº 3, DE 16 DE MARÇO DE 2022:** Institui condições para concessão e registro de psicóloga e psicólogo especialistas; reconhece as especialidades da psicologia e revoga as Resoluções CFP nº 13, de 14 de setembro de 2007, nº 3, de 5 de fevereiro de 2016, e nº 8, de 25 de abril de 2019.



- ▶ **RESOLUÇÃO Nº 8, DE 17 DE MAIO DE 2022:** Estabelece normas de atuação para profissionais da psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais.
- ▶ **RESOLUÇÃO Nº 9, DE 28 DE MAIO DE 2022:** Institui o Prêmio Profissional “Virgínia Bicudo: Práticas para uma Psicologia Antirracista”.
- ▶ **RESOLUÇÃO Nº 12, DE 21 DE JUNHO DE 2022:** Cria as Ouvidorias no Conselho Federal e nos Conselhos Regionais de Psicologia.
- ▶ **RESOLUÇÃO Nº 13, DE 15 DE JUNHO DE 2022:** Dispõe sobre diretrizes e deveres para o exercício da psicoterapia por psicóloga e por psicólogo.



- ▶ **RESOLUÇÃO Nº 14, DE 07 DE JULHO DE 2022:** Institui e regulamenta o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) e a Rede CREPOP como espaço de operacionalização das ações do CREPOP.
- ▶ **RESOLUÇÃO Nº 15, DE 11 DE JULHO DE 2022:** Estabelece normas para atuação das psicólogas e psicólogos no Sistema Socioeducativo.
- ▶ **RESOLUÇÃO Nº 17, DE 19 DE JULHO DE 2022:** Dispõe acerca de parâmetros para práticas psicológicas em contextos de atenção básica, secundária e terciária de saúde.
- ▶ **RESOLUÇÃO Nº 18, DE 11 DE AGOSTO DE 2022:** Cria o Sistema de Avaliação de Práticas Psicológicas Aluizio Lopes de Brito e estabelece diretrizes para o seu funcionamento.

OBJETIVO 12: Defender a presença da Psicologia nas instâncias representativas de controle e participação social, reconquistando e rearticulando representações em que a Psicologia tem um lugar relevante.

RESULTADO 14: O CFP garantiu sua participação em Conselhos de Políticas Públicas e mantém sua contribuição mesmo onde alcançou o número permitido de mandatos eletivos.

ATIVIDADES QUE FUNDAMENTAM A DESCRIÇÃO DO RESULTADO 14:

O CFP tem ocupado cada vez mais espaços de diálogo com contribuição em políticas públicas. Uma evidência de sua relevância nesse cenário está na participação em reunião com o grupo técnico de trabalho sobre os temas Saúde e Saúde Mental na equipe de transição de governo.

A Política Nacional de Saúde Mental vem sofrendo ataques constantes e que colocam em risco as conquistas históricas expressas em Conferências Nacionais de Saúde Mental e na Lei nº 10.216/2001.

Outro fato que evidencia a presença e relevância da Psicologia nas políticas públicas é sua presença em espaços de representação, tal como descrito a seguir.

Os espaços de representação abaixo relacionados referem-se somente ao ano de 2022 e foram atualizados até agosto. Têm como fonte os registros realizados pela Gerência de Relações Institucionais (GRI/CFP). Importante salientar que há espaços de representação eletivos – como o Conanda, por exemplo – em que o CFP não pôde mais ocupar cadeira em razão da limitação legal quanto ao número de mandatos consecutivos, mas a Autarquia continua participando das atividades e espaços não eletivos deste conselho.

N	SIGLA	Nome do espaço de representação	Representantes (2022)	Titular/ Suplente
1	FNTSUAS	Fórum Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS	T: Simone Cristina Gomes S: Célia Zenaide	Titular e Suplente
2	FNTSUAS/CCI	Comissão de Comunicação e Informação	T: Célia Zenaide / Neuza Guareschi	Titular
3	FNTSUAS/CFAP	Comissão de Formação e Articulação Política	T: Célia Zenaide / Neuza Guareschi	Titular
4	FNTSUAS/CMO FETSUAS	Comissão de Mobilização e Organização dos FETSUAS	T: Célia Zenaide / Neuza Guareschi	Titular
5	FNTSUAS/COF	Comissão de Orçamento e Finanças	T: Célia Zenaide / Neuza Guareschi	Titular
6	CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social	S*: Simone Cristina Gomes	Suplente
7	Conselhão	Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas	T: Ana Sandra Fernandes S: Anna Carolina Lo Bianco	Titular e Suplente
8	FCFAS (Conselhinho)	Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde	T: Rodrigo Acioli Moura S: Losiley Alves Pinheiro	Titular e Suplente
9	FCFAS/COF	Comissão de Orientação e Fiscalização do Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde	T: Marisa Helena Alves S: Rodrigo Acioli	Titular e Suplente
10	FCFAS/CE	Comissão de Educação do Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde	T: Adinete Sousa da Costa Mezzalira S: Izabel Hazin Pires	Titular e Suplente
11	FNPLA	Frente Nacional contra a Criminalização de Mulheres e pela Legalização do Aborto - Alerta Feminista	T: Alessandra de Almeida	Titular e Suplente
12	CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	T: Alessandra de Almeida	Titular
13	CNDM/CM-PNPM	Câmara de Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para Mulheres	T: Alessandra de Almeida	Titular
14	GEA	Grupo de Estudos sobre o Aborto	T: Letícia Gonçalves S: Paula Gonzaga	Titular e Suplente
15	CASC - Classind	Comitê de Acompanhamento pela Sociedade Civil para a Classificação Indicativa	T: Ana Paula Soares S: Marina de Pol Poniwas	Titular

16	CIEVSCA	Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	T: Marina de Pol Poniwas	Titular
17	CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	T: Marina de Pol Poniwas	Titular
18	FNDCA (Fórum DCA)	Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	T: Marina de Pol Poniwas S: Isabel Hazin	Titular e Suplente
19	Mov. Proteção Integral	Movimento pela Proteção Integral de Crianças e Adolescentes	T: Marina de Pol Poniwas S: Ana Paula Soares	Titular e Suplente
20	RNPI	Rede Nacional Primeira Infância	T: Ana Paula Soares S: Marina de Pol Poniwas	Titular e Suplente
21	CE-DEEE	Coletivo de Enfrentamento ao Depoimento Especial e Escuta Especializada	T: Marina de Pol Poniwas S: Isabel Hazin	Titular e Suplente
22	CNPCT	Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura	T: Célia Zenaide S: Pedro Paulo Gastalho de Bicalho	Titular e Suplente
23	DHESCA	Plataforma de Direitos Humanos – Dhesca Brasil	T: Paulo Maldos S: Daniela Bezerra Rodrigues	Titular e Suplente
24	FNRDS (COFECON)	Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social	T: Losiley Alves Pinheiro S: Antônio Virgílio Bittencourt	Titular e Suplente
25	Mesa Nacional	Mesa Nacional de Diálogo contra a Violência (Comissão Arns)	T: Célia Zenaide S: Jesus Moura	Titular e Suplente
26	CNPIR	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial	T: Jesus Moura S: Célia Zenaide	Titular e Suplente
27	PSI-PLP	Psicologia nos Países de Língua Portuguesa (Angola, Cabo Verde, Brasil, Moçambique, Portugal)	T: Ana Sandra Fernandes S: Anna Carolina Lo Bianco	Titular e Suplente
28	ULAPSI	União Latino-americana de Entidades de Psicologia	T: Anna Carolina Lo Bianco S: Ana Sandra Fernandes	Titular e Suplente
29	IPsyNet	Rede de Psicologia Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Questões Intersex	T: Juracy Toneli S: Dalcira Ferrão	Titular e Suplente
30	Red LAPED	Rede Latino-americana de Psicologia em Emergências e Desastres	T: Marisa Helena Alves S: Robenilson Moura Barreto	Titular e Suplente
31	ALFEPSI	Associação Latino-americana para a Formação e o Ensino de Psicologia	T: Virgílio Bittencourt S: Neuza Guareschi	Titular e Suplente
32	ANS/CAMSS	Câmara de Saúde Suplementar	T: Rodrigo Acioli	Ouvinte
33	ANS/COTAQ	Comitê Técnico de Avaliação da Qualidade Setorial	T: Rodrigo Acioli S: Rosane Granzotto	Titular e Suplente
34	ANS/Rol de Procedimentos	Grupo de Trabalho para a Atualização do Rol de Procedimentos	T: Rodrigo Acioli S: Rosane Granzotto	Titular e Suplente

35	CNS	Conselho Nacional de Saúde	T: Marisa Helena Alves	Titular
36	CNS/CIPPE	Comissão Intersetorial de Políticas de Promoção da Equidade	T: Célia Zenaide (Suplente)	Titular
37	CNS/CIPPSPICS	Comissão Intersetorial de Promoção, Proteção e Práticas Integrativas e Complementares em Saúde	T: Tahinã Khan Lima Vianey	Titular
38	CNS/CISI	Comissão Intersetorial de Saúde Indígena	T: Robenilson Moura Barreto (Suplente)	Titular
39	CNS/CISM	Comissão Intersetorial de Saúde Mental	T: Marisa Helena Alves (Coordenação)	Titular
40	CNS/CISMU	Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher	T: Cecilia Soares (Suplente)	Titular
41	CNS/CISTT	Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora	T: Rodrigo Acioli (Suplente)	Suplente
42	CNS/CT-CIRHRT	Câmara Técnica da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho	T: Luziane Zacche Avellar	Titular
43	GT PNIIS/CNS	GT sobre a revisão da Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS) do CNS	T: Marisa Helena Alves	Titular
44	CNAIDS	Comissão Nacional de IST, HIV/Aids e Hepatites Virais	T: Juracy Toneli S: Dalcira Ferrão	Titular e Suplente
45	CRTS	Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde	T: Anna Carolina Lo Bianco S: Analice Palombini	Titular e Suplente
46	Fórum Mercosul	Fórum Mercosul para o Trabalho em Saúde	T: Livia Borges (RN) S: Virgílio Bittencourt	Titular e Suplente
47	FENTAS	Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde	T: Marisa Helena Alves S1: Célia Zenaide S2: Anna Carolina Lo Bianco	Titular e 2 Suplentes
48	Frente dos Conselhos	Conselho Consultivo da Frente Parlamentar de Apoio aos Conselhos Profissionais	T: Ana Sandra Fernandes S: Rogério Giannini	Titular e Suplente
49	Frente da Luta Antimanicomial	Conselho Consultivo da Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial	T: Ana Karenina S: Tahinã Khan Lima Vianey	Titular e Suplente
50	CNDH	Conselho Nacional dos Direitos Humanos	T: Rogério Giannini	Titular
51	CNDH/CPD-Povos e Comunidades Tradicionais	Comissão permanente dos direitos dos povos indígenas, dos quilombolas, dos povos e comunidades tradicionais, das populações afetadas por grandes empreendimentos e dos trabalhadores e trabalhadoras rurais envolvidos em conflitos fundiários	T: Vanessa Silva de Souza S: Jäder Ferreira Leite	Titular e Suplente

52	CNDH/CPD-Privação de Liberdade	Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade	T: Eneida Santiago S: Céu Silva Cavalcanti	Titular e Suplente
53	CNDH/CPD-PSRua	Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua	T: Alessandra de Almeida S: Rodrigo Acioli	Titular e Suplente
54	CNDH/CPD-Trabalho, Educação e Segurança Social	Comissão permanente dos direitos ao trabalho, à educação e à segurança social	T: Thais Zerbini (USP) S: Mário César Ferreira (UnB)	Titular e Suplente
55	CNDH/CPDD-Mulheres, LGBTI e PIR	Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo	T: Alessandra Almeida S: Sandra Sposito	Titular e Suplente
56	CNDH/SP-DSM	Subcomissão Permanente de Drogas e Saúde Mental	T: Moisés Romanini S: Tahinã Khan Lima Vianey	Titular e Suplente
82		Subcomissão Especial de Laicidade do Estado e Liberdade Religiosa do Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH	T: Célia Zenaide S: Robenilson Barreto	Titular e Suplente
57	FENPB	Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira	T: Rogério Giannini S: Virgílio Bittencourt	Titular e Suplente
58	CNP-LGBTI	Conselho Nacional Popular LGBTI+	T: Céu Cavalcanti	Titular
59	C4NE/Sub-8	Subcomitê 8 - Políticas públicas de intervenção (medidas econômico-sociais) do Comitê Científico de Combate ao Coronavírus do Consórcio Nordeste	T: Izabel Hazin	Titular
60	FNPE	Fórum Nacional Popular de Educação	T: Norma Cosmo S1: Tahinã Khan S2: Adinete Costa	Titular e Suplente
61	GT do CNDH sobre EAP	Grupo de Trabalho sobre o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP)	T: Rogério Giannini T: Marisa Helena]	Titular
62	Coalizão - Inclusão	Coalizão Brasileira pela Educação Inclusiva	Izabel Razin, Carla Biancha, Vitória Bernardes, Rafael Ribeiro	Titular e Suplente
63	Coalizão - Inclusão - Frente de Comunicação	Coalizão Brasileira pela Educação Inclusiva	Izabel Hazin, Vitória Bernardes, Luana/GCom	Participação
64	Coalizão - Inclusão - Frente Legislativa	Coalizão Brasileira pela Educação Inclusiva	Carla Biancha, Rafael Ribeiro e Daniel Arruda	Participação
66	Seminário da Reforma Administrativa	GT de Organização do Seminário de Psicologia e Reforma Administrativa	Célia Zenaide, Virgílio Bastos, Norma Cosmo, Rodrigo Acioli	Participação
67	CNDH	Comissão Especial sobre Direitos Humanos e Pandemia	Rogério Giannini	Participação

68	GT sobre Estágio em Pós Graduação	GT sobre Estágio em Pós Graduação	T: Marina Poniwas	Titular
69	Genomas Brasil	GT de aprimoramento de projetos político pedagógicos das residências multiprofissionais do Programa Genomas Brasil	T: Cláudia Berlim	Titular
70	FENAMI	Frente Nacional pela Saúde de Migrantes (FENAMI)	T: Célia Zenaide S: Alessandra Almeida	Titular e Suplente
71	Coalizão pela Socioeducação	Articulação Nacional pela Socioeducação.	T: Marina Francisqueto Bernabé S: Marina de Pol Poniwas	Titular e Suplente
72	CNDH	Comissão Especial de Direito à Participação Social do CNDH	T: Iolete Ribeiro	Titular
73		Comissão Permanente Direitos Humanos e Segurança Pública do CNDH	T: Pedro Paulo Bicalho	
74	CONAPE	Conferência Nacional Popular de Educação - Comissão de Comunicação	T: Marilda Gonçalves Dias Facci	Titular
75	Centenário Paulo Freire	Centenário Paulo Freire	T: Ângela Soligo S: Verônica Carrazzone Borges	Titular e Suplente
76	MS	Projeto Interministerial na área da Telessaúde e Banco RH	T: Anna Carolina Lo Bianco T: Rodrigo Acioli Moura	Titular e Suplente
77	CNRMS	Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde	T: Neuza Maria de Fátima Guareschi S: Izabel Augusta Hazin Pires	Titular e Suplente
78	CNRMS/CT Psicologia	Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde	T: Bruno Fernandes Borginho S: Thaianí Farias Vinadé	Titular e Suplente
79	CNRMS/CT interprofissional de atenção primária	Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde	T: Marco Aurelio de Rezende S: Silvana Fontoura Dorneles	Titular e Suplente
80	CNRMS/CT interprofissional de atenção especializada	Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde	T: Vera Lúcia Pasini S: Sebastião Benício da Costa Neto	Titular e Suplente
81	CTPNAT/CONTRAN	Câmara Temática de Gestão e Coordenação do PNATRANS (CTPNAT)	T: Alessandra e Izabela	Titulares
82	CTST/CONTRAN	Câmara Temática de Saúde para o Trânsito (CTST)	T: Losiley Alves Pinheiro e Janaína Santanna Barros da Silva	Titulares
83	CNS/ CIASPD	Comissão Intersetorial de Atenção a Saúde das Pessoas com Deficiência	T: Marisa Helena (Coordenação)	Titular
84	MEC/ GT EAD	Grupo de Trabalho criado pela Portaria nº 668/2022.	T: Antônio Virgílio Bittencourt Bastos S: Irani Tomiatto de Oliveira	Titular e Suplente

OBJETIVO 13: Ampliar a visibilidade das práticas profissionais da Psicologia, consolidadas e emergentes, nos seus diversos âmbitos de atuação, dentro e fora do Brasil.

RESULTADO 15: O CFP promoveu práticas e campos de atuação de Psicologia em âmbito nacional e internacional, considerando o contexto da pandemia de Covid-19.

INICIATIVAS QUE FUNDAMENTAM A DESCRIÇÃO DO RESULTADO 15:



- ▶ 1º de maio: CFP e SBPOT realizam debate on-line sobre os impactos da Covid-19 sobre o trabalho
- ▶ Psicologia na Marcha Virtual pela Ciência
- ▶ CFP realiza Rodas de Conversas preparatórias para as Conferências de Assistência Social
- ▶ Vitória para a Psicologia do Trânsito: Manutenção de especialistas da Psicologia do Trânsito na Lei 14.071/2020.
- ▶ Testes Psicológicos: CFP e Editoras dialogam sobre ações para proteger a Avaliação Psicológica
- ▶ Psicoterapia é tema de seminário nacional e consulta pública promovidos pelo CFP
- ▶ CFP participa de comissão organizadora da Conferência Nacional Popular de Educação
- ▶ Psicologia e Serviço Social debatem agenda conjunta para regulamentar Lei nº 13.935 nos estados e municípios
- ▶ CFP apoia e participa do VI Congresso Brasileiro e Luso-Brasileiro de Psicologia da Saúde
- ▶ Psicologia e Educação: Legados de Paulo Freire
- ▶ CFP no 5º Fórum da Abrasme - Saúde MentalL
- ▶ CFP apoia e participa do XIII Encontro Nacional da ABEP - Mesa: Direitos Humanos e Pandemia: Desafios da Psicologia
- ▶ CFP reúne-se com Associação de Psicólogos Brasileiros em Portugal
- ▶ CFP participa de audiência pública na Câmara dos Deputados sobre prevenção ao suicídio
- ▶ CFP participa de Congresso sobre Psicologia Ambiental e Relações Pessoa-Ambiente
- ▶ Psicologia Ambiental: CFP lança edital para selecionar relatos de experiências



- ▶ Mais de 160 práticas de Psicologia no SUAS são apresentadas na II Mostra Nacional de Práticas em psicologia no SUAS, que percorreu as cinco regiões do país
- ▶ CFP é selecionado para compor câmaras temáticas do Conselho Nacional de Trânsito
- ▶ CFP participa do I Seminário Luso-Brasileiro de Trauma



- ▶ CFP participa de Conferência sobre Promoção à Saúde e Cuidados para População Gay na América Latina e Caribe
- ▶ CFP participa da Conferencia Regional sobre Promoción de la Salud, Derechos Humanos y Provisión de Cuidados para Hombres que Tienen Sexo con Hombres (HSH) en América Latina y el Caribe.



- ▶ Psicologia e Serviço Social na educação básica: site vai reunir informações sobre a Lei nº 13.935/2019
- ▶ Lei nº 13.935/2019: entidades lançam site com registro e materiais de mobilização pela presença de psicólogas(os) e assistentes sociais na educação básica
- ▶ CFP participa de diálogo internacional para enfrentamento das “terapias de conversão sexual”

▶ **6º CBP**

- Germinário “Mulheres, Psicologia e Enfrentamento às violências
- Conf. Eixo 1 - História da Psicologia: manutenção e subversão na ciência e na profissão - Palestrante: Ana Maria Jacó Vilela
- Conf. Eixo 2 - Psicologia, diversidade e direito humanos: avanços e desafios para a ciência e profissão
- Live de Lançamento do site Psicologia e Serviço Social na Educação Básica
- Conf Eixo 3 - Formação em Psicologia: reflexões e ações para uma formação crítica
- Conf. Eixo 4 - O trabalho da psicologia: práticas profissionais e produção de conhecimento
- Cerimônia de Encerramento



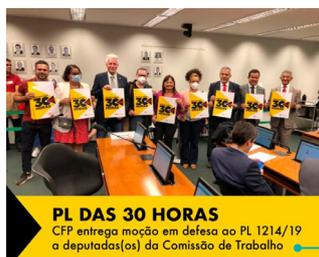
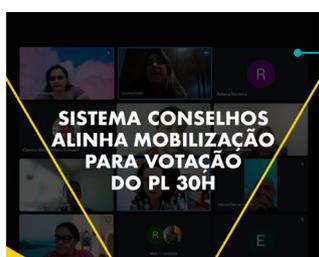
- ▶ Conselho Federal participa do XII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política

OBJETIVO 14: Ampliar o diálogo com os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário no que concerne às competências técnicas e éticas das intervenções das/os psicólogas/os.

RESULTADO 16:

Implementadas estratégias de defesa e valorização da Psicologia no Legislativo, Executivo e Judiciário.

INICIATIVAS QUE FUNDAMENTAM A DESCRIÇÃO DO RESULTADO 16:



ENTIDADES DO FENPB PARTICIPAM DE OFICINA DE ATUAÇÃO NO PARLAMENTO

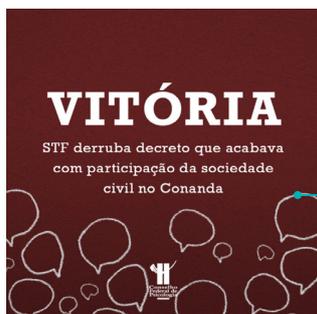
- ▶ PL do Trânsito: CFP e ABRAPSIT seguem no diálogo com parlamentares para barrar retrocessos no Senado
- ▶ CFP debate em Audiência Pública da Câmara Federal o limite de 30h semanais para o exercício profissional da Psicologia e o piso salarial da profissão
- ▶ CFP se posiciona em defesa da jornada de 30 horas para psicólogas e psicólogos
- ▶ CFP mobiliza diretoras(es) dos Sistema Conselhos para encontro com relator do PL das 30 Horas da Psicologia
- ▶ CFP e Conselhos Regionais alinham estratégias para votação do PL das 30 Horas
- ▶ CFP entrega na Câmara dos Deputados moção em defesa da jornada de até 30 horas para psicólogas(os)
- ▶ CFP promove live para fortalecer mobilização em defesa da jornada de até 30 horas para a Psicologia
- ▶ CFP é selecionado para compor câmaras temáticas do Conselho Nacional de Trânsito
- ▶ Mais uma batalha vencida! PL das 30 Horas da Psicologia é aprovado na Comissão de Trabalho e avança na Câmara dos Deputados
- ▶ PL 30 horas para a Psicologia foi aprovado pela Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, após muita luta das psicólogas e dos psicólogos
- ▶ Entidades do FENPB participam de oficina de atuação no Parlamento

RESULTADO 17:

O CFP atuou no Sistema de Justiça na defesa, proposição e na condição de *amicus curiae* em pautas de interesse da Psicologia brasileira

ATIVIDADES QUE FUNDAMENTAM A DESCRIÇÃO DO RESULTADO 17:

- ▶ CFP protocolou pedido de ingresso como *amicus curiae* no STF em processos sobre Educação Especial
- ▶ CFP protocolou no STF memoriais e parecer jurídico que reforçam a legalidade da restrição de comercialização dos gabaritos dos testes psicológicos
- ▶ CFP vai ao STF em defesa da Educação Inclusiva
- ▶ CFP ingressa como *amicus curiae* em ação contra normativa que permite o acolhimento de adolescentes em comunidades terapêuticas



- ▶ CFP participa de Audiência pública virtual no Supremo Tribunal Federal, credenciado como *amicus curiae* em defesa de uma educação verdadeiramente inclusiva.
- ▶ STF derruba decreto que acabava com participação da sociedade civil no Conanda
- ▶ STF conclui votação de embargos apresentados pelo Conselho Federal de Psicologia na ADI sobre testes psicológicos

OBJETIVO 15: Nos 60 anos da Psicologia brasileira, evidenciar seu papel e contribuição à sociedade apontando tendências e desafios nos diferentes campos e áreas de atuação.

RESULTADO 18:

A Psicologia brasileira é reconhecida por sua contribuição à sociedade brasileira em homenagens aos 60 anos de regulamentação da profissão, realizadas nas cinco regiões do país.

ATIVIDADES QUE FUNDAMENTAM A DESCRIÇÃO DO RESULTADO 18:

- ▶ Solenidades legislativas celebram a Psicologia pelo Brasil
- ▶ Sessão Solene na Câmara Federal dos Deputados marca celebrações dos 60 anos da regulamentação da Psicologia no Brasil
- ▶ Câmara dos Deputados recebe instalação visual com história dos 60 anos da Psicologia no Brasil



- ▶ CFP recebe homenagem da Câmara Municipal do Rio de Janeiro
- ▶ Assembleia Legislativa do Pará concede homenagem à Psicologia brasileira
- ▶ Assembleia Legislativa de Goiás celebra os 60 anos da Psicologia
- ▶ Assembleia Legislativa de Santa Catarina celebra os 60 anos da regulamentação da Psicologia no Brasil com ato solene



Assembleia Legislativa do RN celebra regulamentação da profissão no país

- ▶ Sessão solene no Rio Grande do Norte marca 60 anos da Psicologia brasileira
- ▶ Assembleia Legislativa da Bahia celebra os 60 anos da regulamentação da Psicologia no Brasil
- ▶ Câmara de Salvador celebra o trabalho da Psicologia em 60 anos desde a regulamentação



Câmara Legislativa do DF celebra a regulamentação da Psicologia como ciência e profissão no Brasil

- ▶ Sessão Solene da Câmara Legislativa do Distrito Federal celebra a Psicologia
- ▶ Sessão Especial na Assembleia Legislativa da Paraíba comemora os 60 anos da Psicologia
- ▶ Solenidade em Mato Grosso destaca o papel de luta da Psicologia no Brasil



Assembleia Legislativa do Ceará celebra regulamentação da profissão

- ▶ Assembleia Legislativa do Ceará homenageia 60 anos de regulamentação da Psicologia no Brasil
- ▶ Cerimônia na Assembleia Legislativa do Piauí marca 60 anos da Psicologia no Brasil
- ▶ Sessão Solene no Acre destaca compromissos da Psicologia com os direitos humanos e com a saúde mental no país
- ▶ Assembleia Legislativa de Sergipe agracia CFP com Medalha da Ordem do Mérito Parlamentar



Assembleia Legislativa do RN celebra regulamentação da profissão no país

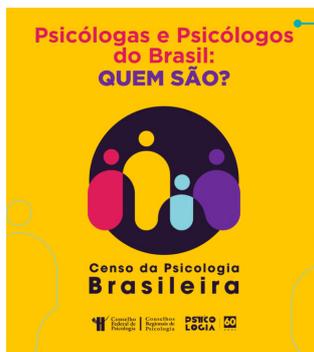
- ▶ Campina Grande/PB: compromisso ético-político da Psicologia é destaque em sessão em homenagem aos 60 anos da profissão
- ▶ Parlamento gaúcho concede homenagem à Psicologia brasileira
- ▶ 60 anos de regulamentação da Psicologia no Brasil e os 15 anos do Conselho Regional de Psicologia do RN
- ▶ Audiência pública para celebrar os 60 anos de regulamentação da Psicologia no Brasil, na Assembleia Legislativa do Paraná
- ▶ Sessão Solene no Mato Grosso do Sul celebra os 60 anos da regulamentação da Psicologia no Brasil
- ▶ Solenidade na Assembleia Legislativa de Rondônia celebra os 60 anos da Psicologia no Brasil

RESULTADO 19: No marco dos 60 anos da regulamentação da profissão, o CFP atuou junto às diferentes áreas da Psicologia, testemunhando o legado científico e ético-político no presente e declarando as contribuições da profissão para construir o futuro.

ATIVIDADES QUE FUNDAMENTAM A DESCRIÇÃO DO RESULTADO 19:



- ▶ Psicologia rumo aos 60 anos
 - Psicologia Escolar e Educacional
 - Psicologia do Trânsito
 - Psicologia Jurídica
 - Psicologia do Esporte
 - Psicomotricidade
 - Psicologia em Saúde
 - Psicopedagogia
 - Psicologia Clínica
 - Psicologia Hospitalar
 - Psicologia Social
 - Neuropsicologia
 - Avaliação Psicológica



- ▶ Censo da Psicologia Brasileira: pesquisa pretende mapear as diversas realidades de atuação profissional da categoria
- ▶ Revista PCP abre seleção para edição especial sobre 60 anos da Psicologia no Brasil
- ▶ CFP promove agenda de atividades em celebração aos 60 anos da Psicologia
- ▶ Conselho Federal de Psicologia lança edição comemorativa do Código de Ética Profissional



- ▶ 60 Anos da Psicologia: Correios lançam selo personalizado e carimbo comemorativo
- ▶ CFP promove evento para celebrar os 60 anos da Psicologia.
- ▶ Emoção e defesa da democracia marcam cerimônia oficial de comemoração dos 60 anos da Psicologia no Brasil
- ▶ Dia da(o) psicóloga(o) e 60 anos da psicologia: uma data para celebrar
- ▶ Dia 27 de agosto: mensagem da presidenta do CFP
- ▶ Psicologia 60 anos: marcos e destaques



TEMA ESTRATÉGICO GESTÃO DA AUTARQUIA

O tema estratégico Gestão da Autarquia ganhou relevância distinta no contexto da pandemia de Covid-19. Num tempo de enormes incertezas, foi a perspectiva adotada para a gestão que garantiu a execução das funções precípua do Conselho Federal de Psicologia e o funcionamento do Sistema Conselhos. Durante a pandemia, por conta do período de isolamento, foram implementadas na Autarquia diferentes formas de trabalho, atualizando procedimentos, redimensionando prazos e realizando as entregas e resultados de cada área considerando as demandas emergenciais, urgentes e prioritárias contingentes pela Covid-19. Um tempo desafiador. Todas as conselheiras e conselheiros, a diretoria, coordenação geral, gerências e coordenação de equipes da Autarquia tiveram importantes processos de aprendizado e adaptação.

Com as medidas de restrições impostas, o atendimento administrativo e os prazos tiveram de ser redimensionados. Em abril de 2020, o Plenário deliberou sobre os processos e atendimentos administrativos do Sistema Conselhos, em razão das medidas de restrição impostas pela Covid-19 e publicou a Resolução 05/2020, que “dispõe sobre alterações, em caráter temporário e em regime de urgência, na Resolução CFP nº 003/2007 e na Resolução CFP nº 016/2019, a fim de possibilitar o atendimento administrativo das demandas da categoria, em razão das medidas sanitárias impostas pela Pandemia da Covid-19.” Durante toda a gestão um conjunto de medidas foram atualizadas para garantir que os processos administrativos, processuais e de gestão sofressem o menor impacto possível. O Plenário passou a se reunir em princípio semanalmente, em reuniões extraordinárias, para deliberação emergenciais e coordenação de ações junto ao Sistema Conselhos em nível nacional.

O funcionamento do Sistema Conselhos tem no CFP um *locus* de unidade e coerência. A gestão respondeu com a raiz mais profunda de sua visão democrática. A gestão da crise, ou o que poderíamos chamar de um comitê de gestão de crise, foi realizada por todas as presiden-

tas(es) do Sistema Conselhos. A conselheira presidenta do CFP, Ana Sandra Fernandes Arcoverde, e as 24 conselheiras(os) presidentas(es) dos CRs se reuniram periodicamente em formato on-line para definir e coordenar ações no Sistema Conselhos de Psicologia no período de maior imprevisibilidade.

Este movimento foi inovador. Primeiro, por assumir o risco de coordenar ações estratégicas num tempo de enorme incerteza, com visões, culturas e perspectivas distintas. Segundo, pelos resultados extraordinários, potentes e reveladores. Não por acaso, a conselheira presidenta do CFP foi homenageada por todas as presidentas e presidentes de Conselhos Regionais pelo modo como liderou este processo complexo, imprevisível e de alto impacto na coordenação de ações diante de um tempo que exigia respostas rápidas para lidar com a complexidade do Sistema Conselhos de Psicologia e mitigar as consequências da pandemia.

Nesse sentido, a marca da gestão do XVIII Plenário do CFP é o diálogo. Com tudo o que ele implica: paciência, tolerância, desconforto, deslocamento, escuta, aceitação, respeito, reconhecimento das identidades, dos lugares de fala de todas e de cada um.

Os resultados das iniciativas do XVIII Plenário para o tema estratégico Gestão da Autarquia foram experimentados por todas durante a pandemia. O que se pretende fundamentar a seguir é a otimização de processos administrativos, técnicos e financeiros do CFP e seu alinhamento com os Conselhos Regionais, incluindo a implementação de tecnologias como o BRConselhos e o aumento da instalação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) nos regionais – e, com isso, fortalecendo a política de excelência de práticas de atendimento à categoria.

A Autarquia avançou na política de valorização das trabalhadoras e equipes técnicas do Conselho Federal de Psicologia e reformulou sua estrutura para se adequar aos novos tempos. Inovou criando a Gerência de Gestão de Pessoas e a Gerência Financeira, além de subdividir a coordenação geral em duas funções complementares, uma administrativa e outra estratégica.

Estes objetivos e resultados elevaram o nível de aproximação do CFP junto à categoria, com a resposta de sua participação e engajamento nas ações e atividades realizadas pelo XVIII Plenário do CFP.

Resultados do tema estratégico

GESTÃO DA AUTARQUIA

À luz da visão estratégica da Autarquia e das contingências da pandemia de Covid-19

No mapa estratégico do CFP definido em 2020 para o tema Gestão da Autarquia foram definidos quatro objetivos. Na sequência, estão registrados cada um dos objetivos e o alcance de seus resultados fundamentados em ações.

OBJETIVO 16: Otimizar a gestão dos processos administrativos, técnicos e financeiros do Conselho Federal de Psicologia, buscando o seu alinhamento com os CRPs, de maneira a ampliar a participação democrática e a transparência.

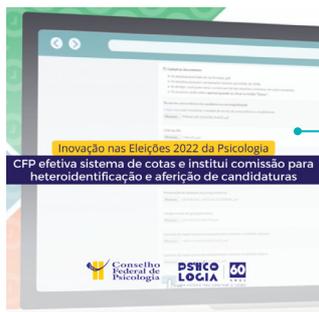
RESULTADO 20:

O CFP atuou na implementação de tecnologias de gestão, participação e transparência, diante do contexto da pandemia.

ATIVIDADES QUE FUNDAMENTAM A DESCRIÇÃO DO RESULTADO 20:



CFP APRESENTA SEI PARA OUTROS CONSELHOS PROFISSIONAIS



Inovação nas Eleições 2022 da Psicologia
CFP efetiva sistema de cotas e institui comissão para heteroidentificação e aferição de candidaturas

- ▶ Criação da Gerência de Tecnologia da Informação
- ▶ Implantação progressiva do SEI nos Regionais: O SEI já está ativo nos CRO 01 / CRP 04 / CRP 05 / CRP 08 / CRP 12 / CRP 14 / CRP 17. Está em ambiente de teste nos CRPs: CRP 06 / CRP 15 / CRP 16 / CRP 21
- ▶ Implantação da plataforma tecnológica de gestão avança nos Conselhos Regionais, que passaram a integrar o Sistema de Gestão Cadastral, Financeiro, Processos e Fiscalização (BRC). Falta implantar no CRP 05 o que deve ocorrer no primeiro trimestre de 2023
- ▶ Eleições 2022: CFP efetiva sistema de cotas e institui comissão para heteroidentificação e aferição de candidaturas
- ▶ Atos processuais, audiências e julgamentos por videoconferência começam em 1º de abril
- ▶ Resolução Nº 4, de 26 de março de 2020: Dispõe sobre regulamentação de serviços psicológicos prestados por meio de Tecnologia da Informação e da Comunicação durante a pandemia de Covid-19

OBJETIVO 17: Fomentar uma política de excelência das práticas de atendimento à categoria e à sociedade.

RESULTADO 21:

A gestão superou adversidades impostas pela pandemia de Covid-19 e desenvolveu práticas de aproximação entre o Sistema Conselhos e a categoria.

ATIVIDADES QUE FUNDAMENTAM A DESCRIÇÃO DO RESULTADO 21:



- ▶ Resolução Nº 2, de 01 de abril de 2021: Dispõe sobre a confecção, a expedição e o recolhimento de carteiras de identidade profissional das/os psicólogas/os, revoga: o Capítulo VI da resolução CFP Nº 03/2007; os §§ 1º, 2º, 4º, 5º do Art. 2º da resolução CFP Nº 02/2007; §§ 1º, 4º, 5º do Art. 2º e § 1º do Art. 4º da resolução CFP Nº 01/1984; e dá outras providências



- ▶ Resolução Nº 12, de 21 de junho de 2022: Cria as Ouvidorias no Conselho Federal e nos Conselhos Regionais de Psicologia
- ▶ CFP realiza o 2º Encontro de Secretárias e Secretários do Sistema Conselhos de Psicologia
- ▶ CFP realiza o 2º Encontro de Secretárias e Secretários do Sistema Conselhos de Psicologia
- ▶ CFP realiza reunião dos Tesoureiros do Sistema Conselhos de Psicologia

Objetivo 18: Avançar na política de valorização e formação continuada de trabalhadores e equipes técnicas do Conselho Federal de Psicologia e CRPs para atuação profissional no Sistema Conselhos.

RESULTADO 22:

O CFP passou por reformulações na sua estrutura de gestão, valorizando seu quadro funcional dentro do contexto da pandemia da Covid-19.

ATIVIDADES QUE FUNDAMENTAM A DESCRIÇÃO DO RESULTADO 22:

- ▶ CFP firma compromisso para qualidade de vida no ambiente de trabalho
- ▶ CFP instaura a Gerência de Gestão de Pessoas
- ▶ CFP instaura a Gerência Financeira



- ▶ Portaria Nº 16, de 18 de março de 2022: Atualiza as medidas administrativas e de prestação de trabalho estabelecidas na Portaria CFP nº 23, de 18 de outubro de 2021, estabelece orientações para o retorno ao trabalho presencial no âmbito do Conselho Federal de Psicologia e dá outras providências.
- ▶ Portaria Nº 46, de 15 de dezembro de 2021: Cria a Comissão Permanente de Prevenção e Combate à Violência e ao Assédio no Trabalho.
- ▶ Atualização do Código de Conduta do CFP
- ▶ Elaboração de estudo para estruturação e crescimento do CFP considerando a média de aumento de inscrições no Sistema Conselhos e a necessidade de demanda político-administrativa.

OBJETIVO 19: Ampliar a participação da categoria no processo de diálogo e decisão do Sistema Conselhos

RESULTADO 23:

O CFP aplicou práticas de participação da categoria nos processos decisórios do Sistema, considerando o contexto da pandemia de Covid-19.

ATIVIDADES QUE FUNDAMENTAM A DESCRIÇÃO DO RESULTADO 23:



- ▶ CFP visita CRPSP para alinhar melhorias no atendimento a categoria
- ▶ Comissões se reúnem em Brasília para organizar próximas etapas das eleições do Sistema Conselhos de Psicologia
- ▶ CFP e Conselhos Regionais de Psicologia aprimoram práticas de dados abertos
- ▶ CFP e Conselhos Regionais alinham estratégias para votação do PL das 30 Horas



- ▶ CFP realiza treinamento das comissões eleitorais para as Eleições 2022
- ▶ CFP anuncia mudanças no acesso ao Cadastro Nacional de Psicólogos
- ▶ CFP lança Consulta Pública sobre Psicoterapia como atividade exclusiva para profissionais da Psicologia
- ▶ Assembleia das(os) Delegadas(os) Regionais confirma Consulta Nacional

Que afirmações podemos fazer?

- ▶ O XVIII Plenário do CFP encerra seu mandato tendo realizado o que esteve ao seu alcance para enfrentar a responsabilidade histórica que a pandemia de Covid-19 impôs ao mundo.
- ▶ **Contribuiu para barrar iniciativas de retrocessos** nas políticas de governo, especialmente as vinculadas à garantia de direitos.
- ▶ Não deixou de **olhar para a categoria**, de ocupar-se em escutá-la. Buscou compreender seu pensamento e composição, inclusive com a realização de um Censo da Psicologia brasileira.
- ▶ Encerra com reconhecimento de setores da categoria como a **gestão que dialoga com todas as áreas**, e fundamentou nos princípios éticos e na ciência suas intenções de valorizar o exercício profissional.
- ▶ **Promoveu orientações que garantiram os princípios do Código de Ética da Psicologia** no que diz respeito à defesa e promoção dos direitos humanos.
- ▶ **Produziu análises fundamentadas sobre os impactos da pandemia na saúde mental**, a partir de uma abordagem da Psicologia que sustenta uma visão crítica da sociedade.
- ▶ **Foi ativo em espaços de diálogo com entidades da Psicologia, instituições de ensino, docentes, gestoras/es, pesquisadores e educandos** acerca dos dilemas na utilização de tecnologias no processo de ensino/aprendizagem e suas implicações no exercício da Psicologia como ciência e profissão.



- ▶ **Construiu espaços de diálogo** com campos da Psicologia para além das perspectivas de direitos e políticas públicas, com papel relevante na sociedade, na saúde mental e na valorização da Psicologia como ciência e profissão.
- ▶ **Definiu um conjunto de resoluções, orientações e normativas que deram segurança às profissionais de Psicologia** para atuarem em um tempo de enormes incertezas, ofertando instrumentos para trabalharem com populações socialmente vulnerabilizadas.
- ▶ **Garantiu os posicionamentos do CFP, dentro dos marcos da institucionalidade**, dando respostas contra o racismo, o machismo, o sexismo e outros preconceitos estruturados na sociedade brasileira, especialmente evidenciados neste tempo de pandemia.
- ▶ **Pavimentou o caminho de gestão do Sistema Conselhos de Psicologia** que inclui pautas e experiências de profissionais e áreas da Psicologia a partir de uma escuta acolhedora, que pretende construir junto respostas aos dilemas de nosso tempo.
- ▶ **Retirou da invisibilidade as questões do mundo do trabalho das profissionais de Psicologia**, como ciência e profissão, abordando a formação, condições de trabalho e qualidade do ambiente para o exercício profissional.

Comitê Gestor do Planejamento Estratégico

Emanuelle Santos Silva
Coordenadora Geral Estratégica

João Diego Rocha Firmiano
Gerência Jurídica

Rafael Menegassi Taniguchi
Coordenador Geral Executivo

Fabíola Correa
Secretaria de Orientação e Ética

Fernanda Mendes
Secretaria Executiva

Antônio José Rodrigues Neto
Gerência Administrativa

Camila Dias Alves
Gerência Técnica

José Eli de Vasconcelos Filho
Gerência Financeira

Daniel Arruda Martins
Gerência de Relações Institucionais

André Luís Pereira
Gerência de Gestão de Pessoas

Marília Mundim
Gerência de Comunicação

Leomar Santana
Gerência de Tecnologia da Informação

Consultoria em Planejamento e Gestão Estratégica

Usina Ideias e Projetos Ltda.
Marcio L. V. Cruz
Consultor responsável

DIRETORIA

Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega
Presidente

Anna Carolina Lo Bianco Clementino
Vice-Presidente

Losiley Alves Pinheiro
[a partir de 20 de maio de 2022]
Secretária

Norma Celiane Cosmo
Tesoureira

CONSELHEIRAS(OS) EFETIVAS(OS)

Robenilson Moura Barreto
Secretário Região Norte

Alessandra Santos de Almeida
Secretária Região Nordeste

Marisa Helena Alves
Secretária Região Centro-Oeste

Dalcira Pereira Ferrão
[até 11 de setembro de 2021]
Secretária Região Sudeste

Neuza Maria de Fátima Guareschi
Secretária Região Sul

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos
Conselheiro 1

Maria Juracy Filgueiras Toneli [até 11 de setembro de 2021] Conselheiro 2

Fabián Javier Marin Rueda
[até 5 de fevereiro De 2021] Secretário

Izabel Augusta Hazin Pires
[Secretária de 6 de fevereiro de 2021 até 19 de maio de 2022]

CONSELHEIRAS(OS) SUPLENTE(S)

Katya Luciane de Oliveira
Izabel Augusta Hazin Pires
Rodrigo Acioli Moura
Adinete Souza da Costa Mezzalira - Região Norte
Maria de Jesus Moura - Região Nordeste
Tahina Khan Lima Vianey - Região Centro Oeste
Célia Zenaide Da Silva - Região Sudeste
Marina de Pol Poniwas - Região Sul
Ana Paula Soares da Silva Isabela Saraiva de Queiroz - [até 11 de setembro de 2021]

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES

Emanuelle Santos Silva
Coordenação Geral Estratégica

Rafael Menegassi Taniguchi
Coordenação Geral Executiva

Fernanda Araújo Mendes
Secretaria Executiva

Fabiola Borges Corrêa
Secretaria de Orientação e Ética

Ana Clara de Medeiros Araújo
Ouvidoria

Antônio José Rodrigues Neto
Gerência Administrativa

José Eli de Vasconcelos Filho
Gerência Financeira

Marília Mundim da Costa
Gerência de Comunicação

João Diego Rocha Firmiano
Gerência Jurídica

Daniel Arruda Martins
Gerência de Relações Institucionais

Camila Dias de Lima Alves
Gerência Técnica

André Luis Soares e Silva
Gerência de Gestão de Pessoas

Rosângela Duarte de Almeida
Setor de Planejamento e Execução
Orçamentária

Jucyara Moura dos Santos
Setor de Pagamentos

Mônica Neves da Silva
Setor de Compras

Verônica Pierre Costa
Setor Logística

Diego Ramos Castro
Setor de Folha de Pagamento

Antonio Carlos Everton Muniz
Setor de Suporte Físico

José Arnaldo de Góis Júnior
Setor Contábil

Leomar Santana
Gerência de Tecnologia da
Informação

Elton Ramos da Silva
Setor de Infraestrutura e Suporte
de Tecnologia da Informação

Mateus de Castro Castelluccio
Centro de Referências Técnicas
em Psicologia e Políticas Públicas
(Crepop)

Cleonice Maria Campos Dorneles
Rodrigo Portela Gomes
Assessoria Parlamentar

Wladmir Rogério dos Reis
Auditoria

Tatiany Fonseca
Projeto gráfico e diagramação

Emanuelle Silva
Rafael Taniguchi
Coordenação/CFP

Márcio Cruz
Consultoria Planejamento Estratégico -
Usina Ideias e Projetos Ltda

Márcio Cruz
Marília Mundim
Revisão de dados e texto

